



Anais da Assembléia

Nº 38

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 16 DE ABRIL DE 1990

ANO XVI

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 22.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 1990

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Algaci Túlio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Duílio Genari, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert. (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 79/90

Curitiba, 10 de abril de 1990
Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assem-

bléia Legislativa ao Convênio nº 093/UC, cuja cópia segue em anexo, já celebrado, por motivo de urgência, em 19 de março de 1990, entre o Estado do Paraná, através do Departamento de Estradas de Rodagem - DER e o Instituto Euvaldo Lodi do Paraná, objetivando a execução do Programa Estágio Curricular, com o desenvolvimento de atividades conjuntas que propiciem a operacionalização do Decreto Federal nº 87.497/82, referente ao Estágio de Estudantes.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 80/90

Curitiba, 10 de abril de 1990

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assembléia Legislativa aos Convênios cujas cópias seguem em anexo, já celebrados, por motivo de urgência, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e os Municípios adiante nominados, objetivando manutenção e reparos de veículos, de instalações e equipamentos da Polícia Civil e da Polícia Militar:

Município	data da celebração
São Miguel do Iguaçu	29.12.89
Matelândia	29.12.89
Xambrê	20.02.90

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 81/90

Curitiba, 10 de abril de 1990

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa Egrégia Assembléia Legislativa ante-projeto de lei que visa obter aprovação de um Crédito Especial até o valor de Cr\$ 26.083.245,00 (vinte e seis milhões, oitenta e três mil, duzentos e quarenta e cinco cruzeiros), com a finali-

dade de transferir para a Secretaria de Estado da Cultura a Programação a cargo da Fundação Rádio e Televisão do Paraná.

Informo que a presente mensagem atende o disposto no art. 24, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Estadual do Paraná, promulgada em 05 de outubro de 1989.

Esclareço também, que a fonte de recursos para a cobertura da referida programação será decorrente dos saldos existentes na Fundação Rádio e Televisão do Paraná, na época da aprovação do anteprojeto de Lei que acompanha esta mensagem.

Certo de poder contar com a atenção dessa Egrégia Assembléia Legislativa reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovada a abertura de um Crédito Especial no valor de até Cr\$ 26.083.245,00 (vinte e seis milhões, oitenta e três mil, duzentos e quarenta e cinco cruzeiros), para permitir a transferência orçamentária das dotações da atividade Programação a cargo da Fundação Rádio e Televisão do Paraná, da Secretaria de Estado da Comunicação Social para a Secretaria de Estado da Cultura.

Art. 2º - Servirão como recursos para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, os saldos existentes na data da publicação desta Lei, constantes na atividade Programação a cargo da Fundação Rádio e Televisão do Paraná, da Secretaria de Estado da Comunicação Social, identificada pelo código orçamentário nº 1902.05221372.170, na Lei nº 9.173 de 27 de dezembro de 1989.

Art. 3º - O Poder Executivo baixará um decreto visando implementar a autorização contida nesta Lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 82/90

Curitiba, 10 de abril de 1990
Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assembléia Legislativa ao Convênio celebrado, por motivo de urgência, em 31 de janeiro de 1990, entre a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e a Companhia Agropecuária de Fomento Econômico - CAFE DO PARANÁ, objetivando repasse de recursos para atender serviços de Inspeção Sanitária no Paraná, do "Programa Produção

Curitiba, segunda, em 16.04.90

Animal - Abatedouros Municipais". Certo de que a presente solicitação merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 83/90

Curitiba, 10 de abril de 1990
Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assembléia Legislativa ao Termo de Revigoreamento datado de 11.12.89, cuja cópia segue em anexo, do Convênio de 12.10.88, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Fazenda e o Município de Mangueirinha, objetivando a conclusão da construção do edifício da Agência de Rendas.

Por outro lado, encaminho, para fins de referendo dessa Casa de Leis, a inclusa cópia autêntica do Termo de Revigoreamento datado de 03.10.89, do Convênio de 09.08.89, celebrado entre o Estado, através da SEFA e o Município de Dois Vizinhos, objetivando a conclusão da construção do edifício da Agência de Rendas.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 84/90

Curitiba, 10 de abril de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de submeter ao referendo dessa Augusta Assembléia Legislativa, convênios celebrados em 17 de julho de 1989, antes, portanto, da data da promulgação da atual Constituição Estadual (05.10.89), entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e da SANEPAR e os Municípios constantes da inclusa relação, cujos textos obedeceram a minuta padrão em anexo, objetivando a implantação, nos Municípios signatários, de "Sistema de Abastecimento de Água", na forma do Acordo nº 09/89, firmado em 1º de junho de 1989, entre o Estado, através da SEDU, e Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, cuja cópia autêntica também segue em anexo, igualmente para fins de referendo.

Certo de que a presente solicitação

Curitiba, segunda, em 16.04.90

merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS.

Governador do Estado.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 85/90

Curitiba, 10 de abril de 1990.

Senhor Presidente.

Em cumprimento ao art. 22, inciso II do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e de conformidade com art. 87, inciso XIV da Constituição do Estado, tenho a honra de encaminhar à apreciação dessa Assembléia Legislativa o incluso Anteprojeto de Lei que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1991 e adota outras providências.

O plano de lei em referência, elaborado pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, contém o detalhamento previsto no § 3° do art. 133 da Carta Estadual.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a)ÁLVARO DIAS.

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA: Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1991 e dá outras providências.

CAPÍTULO I

Das Diretrizes Gerais

Art. 1° - Ficam estabelecidas nos termos desta lei, as diretrizes gerais para a elaboração dos Orçamentos do Estado relativos ao exercício financeiro de 1991.

Art. 2° - O montante das despesas não deverá ser superior ao das receitas.

Art. 3° - No projeto de lei orçamentária as receitas e as despesas serão estimadas segundo os preços e a média mensal da taxa de câmbio flutuante, vigentes em maio de 1990, valores que serão corrigidos automaticamente antes do início da execução orçamentária, pela previsão da valorização do índice oficial de inflação no período compreendido entre os meses de maio e dezembro de 1990, explicitando os critérios adotados.

Art. 4° - Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos das modificações na legislação tributária, encaminhadas à Assembléia Legislativa até três meses antes do encerramento do exercício de 1990.

Art. 5° - As receitas próprias de órgãos, fundos, autarquias, fundações, órgãos de regime especial, empresas públi-

cas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender, prioritariamente, gastos com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, contrapartida de financiamentos e outros de sua manutenção, bem assim objetivando racionalizar despesas e obter ganhos de produtividade.

Art. 6° - A manutenção de atividades bem como a conservação e recuperação de bens públicos terão prioridade sobre as ações de expansão e novas obras.

Art. 7° - Os projetos em fase de execução, desde que revalidados à luz das prioridades estabelecidas, nesta lei, terão preferência sobre novos projetos, especialmente àqueles que exijam contrapartidas locais.

Art. 8° - Não poderão ser incluídas despesas com aquisição, construção e locação de imóveis residenciais, bem como àquelas destinadas a aquisição de mobiliário ou equipamentos para unidades residenciais de representação funcional.

Art. 9° - Não poderão ser fixadas despesas sem que sejam definidas as fontes de recursos.

Art. 10 - Não serão admitidas emendas aos orçamentos transferindo dotações cobertas com receitas próprias de autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações e órgãos de regime especial para atender programação do Orçamento Fiscal ou a serem desenvolvidas por outra entidade, que não aquela geradora do recurso.

CAPÍTULO II

Do Orçamento Fiscal

Art. 11 - O Orçamento Fiscal fixará as despesas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público e estimará as receitas de recolhimento centralizado do Tesouro Estadual, efetivas e potenciais.

§ 1° - Compreendem-se no Orçamento Fiscal as cotas de receitas a serem transferidas para as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista, as fundações e os órgãos de regime especial.

§ 2° - A proposta orçamentária do Poder Legislativo deverá ser elaborada pela Assembléia Legislativa e não poderá ser superior a três por cento da receita geral do Estado, excluídas as operações de crédito e participações nas transferências da União, em conformidade com o artigo 138 da Constituição Estadual.

§ 3° - O Tribunal de Justiça elaborará a proposta orçamentária do Poder Judiciário, sendo que o montante de recursos a ele destinado não poderá ser superior a seis por cento da receita geral do Estado,

excluídos os precatórios, as operações de crédito e participações nas transferências da União, de acordo com o § 1º - do artigo 98 da Constituição Estadual.

§ 4º - O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites desta lei, em conformidade com o artigo 115 da Constituição Estadual.

Art. 12 - Na elaboração do Orçamento Fiscal serão observadas as diretrizes específicas de que trata esta lei.

Art. 13 - O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativos dos efeitos sobre as receitas e despesas públicas decorrentes da concessão de quaisquer benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, pela administração pública estadual, de forma a identificar os objetivos de tais concessões.

Art. 14 - Nas despesas com pessoal e encargos sociais, deverá ser observado o limite previsto nos artigos 38 e 17 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal e Estadual, respectivamente.

Art. 15 - A emissão de títulos públicos estaduais será limitada à necessidade de recursos para atender a rolagem dos títulos emitidos até 31 de dezembro de 1990, não computados aqueles previstos no artigo 33 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

Art. 16 - É vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital.

Art. 17 - As programações custeadas com recursos oriundos de operações de crédito não formalizadas, serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 18 - Os recursos ordinários do Tesouro Estadual somente poderão ser programados para atender despesas de capital, após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida e outras despesas com custeio administrativo, operacional e precatórios judiciais, bem como a contrapartida de programas financiados e aprovados por lei estadual.

Art. 19 - As despesas com serviços da dívida, exceto a mobiliária, deverão considerar apenas as operações contratadas ou com prioridades e autorizações concedidas até a data do encaminhamento da proposta orçamentária anual à Assembléia Legislativa.

Art. 20 - As dotações à conta de recursos ordinários do Tesouro Estadual destinadas a outras despesas correntes e de capital (exclusive serviços da dívida), não incluídas as dotações decorrentes da aplicação do artigo 212 da Constituição Federal e dos artigos 185 e 205 da Constituição Estadual e dos artigos 11 e 18 desta lei, observarão a seguinte participação

relativa, admitida a variação de até cinco por cento sobre esses percentuais, quando da elaboração da proposta orçamentária.

ÓRGÃO	Outras Despesas Correntes %	Despesas de Capital %
Chefia do Poder Executivo	3,60	3,00
Procuradoria Geral do Estado	0,50	0,02
Sec. de Est. do Planejamento e Coordenação Geral	1,57	0,15
Sec. de Est. da Comunicação Social	5,00	0,20
Sec. de Est. da Administração	5,80	1,80
Sec. de Est. da Fazenda	7,00	2,21
Sec. de Est. da Agricultura e do Abastecimento	21,00	5,40
Sec. de Est. da Cultura	3,00	0,62
Sec. de Est. do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente	3,74	17,97
Sec. de Est. da Indústria e do Comércio	0,05	-
Sec. de Est. da Saúde	7,00	2,00
Sec. de Est. da Segurança Pública	13,40	5,00
Sec. de Est. dos Transportes	11,00	50,00
Sec. de Est. do Trabalho e da Ação Social	6,00	1,80
Ministério Público	1,29	0,17
TOTAL	89,95	90,34

Art. 21 - Na fixação das despesas serão observadas as prioridades e metas constantes do Anexo I desta lei.

CAPÍTULO III

Do Orçamento Próprio da Administração Indireta

Art. 22 - O Orçamento Próprio da Administração Indireta, compreende as receitas próprias e as receitas de transferência do Estado e suas aplicações relativas as autarquias, fundações e órgãos de regime especial.

Art. 23 - Na elaboração do Orçamento Próprio da Administração Indireta serão observadas as diretrizes específicas de que trata esta lei.

Art. 24 - Na programação serão observadas as prioridades e metas constantes do Anexo II desta lei.

CAPÍTULO IV

Do Orçamento de Investimentos das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista

Art. 25 - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista será apresentado juntamente com a programação orçamentária global das empresas públicas e das sociedades de economia mista, compreendendo as receitas próprias e as receitas de transferências do Estado e suas aplicações.

Art. 26 - Na elaboração do Orçamento de que trata o artigo anterior, deverão ser observadas as diretrizes específicas desta lei.

Art. 27 - Na programação serão observadas as prioridades e metas constantes do Anexo III desta lei.

CAPÍTULO V

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 28 - Na Lei Orçamentária Anual

para 1991, a discriminação da despesa, para os Orçamentos do Estado, far-se-á conforme o seguinte desdobramento:

DESPESAS CORRENTES

Pessoal e Encargos Sociais

Juros e Encargos da Dívida

Outras Despesas Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos

Inversões Financeiras

Amortização a Dívida

Outras Despesas de Capital

Art. 29 - A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, no prazo de vinte dias após a publicação da Lei Orçamentária, divulgará os quadros de detalhamento de despesas, especificando, por projetos e atividades, os elementos de despesas e respectivos desdobramentos, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos na forma do disposto no artigo 3º desta lei.

Art. 30 - No decorrer da execução orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder a correção automática dos valores constantes dos orçamentos.

Parágrafo Único - Tal mecanismo de correção será fixado com base em um índice, cujos critérios para sua obtenção serão explicitados no texto do Anteprojeto de Lei a ser encaminhado ao Poder Legislativo.

Art. 31 - É vedado ao Poder Executivo empenhar até o dia 15 de março de 1991, mais do que 1/6 (um sexto) da despesa prevista em cada categoria de programação, salvo com prévia e expressa autorização legislativa.

Parágrafo Único - Para efeito de cálculo, considerar-se-ão os valores corrigidos na forma do artigo 30 da presente lei.

Art. 32 - Na ausência das leis complementares previstas nos artigos 165, parágrafo 9º, e 192, da Constituição Federal, as programações das despesas de caráter administrativo do Banco do Estado do Paraná - BANEESTADO, e de suas empresas vinculadas, do Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP e do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, integrarão o Projeto de lei orçamentária.

Art. 33 - Na lei orçamentária, bem como em suas alterações, não serão discriminadas as relações de instituições a serem beneficiadas com auxílios e/ou subvenções sociais.

Art. 34 - Não se admitirão emendas ao Projeto de Lei Orçamentária que visem conceder dotação para a instalação ou funcionamento de órgão que não esteja legalmente constituído.

Art. 35 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prioridades e metas a serem observadas na elaboração do Orçamento Fiscal para o exercício de 1991.

I - PODER LEGISLATIVO

- Continuidade ao processo legislativo para melhor legislar sobre as matérias de competência do Estado.

- Continuidade da reforma do prédio administrativo.

- Aprimoramento dos métodos de fiscalização financeira e orçamentária do Estado e Municípios.

- Realização de cursos internos e externos de matéria ligada a área de orçamento, auditoria e análises de balanços.

- Dar prosseguimento ao aperfeiçoamento do processo eletrônico de dados para maior produtividade, confiabilidade e qualidade de informações.

II - PODER JUDICIÁRIO

- Prosseguimento das obras do Fórum de Curitiba.

- Continuidade e aprimoramento do Programa de liberdade assistida.

- Criação e instalação de novas comarcas e varas para uma maior eficácia no trâmite processual de acordo com o código de organização judiciária.

III - PODER EXECUTIVO

1 - Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

- Continuidade do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano - PEDU, no sentido de implementar uma política de gestão urbana adequada às características sócio-econômicas de cada município e região.

- Desenvolvimento de Políticas de Proteção e preservação do meio ambiente.

- Implantação da Política de uso das águas em compatibilidade com a organização do espaço da Região Metropolitana de Curitiba - RMC.

- Prestação de assistência técnica às municipalidades paranaenses.

- Prosseguimento ao Programa Estadual de Saneamento Rural através da implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em comunidades de até dois mil habitantes.

- Continuidade às ações de combate a erosão urbana.

- Ampliação, manutenção e implantação dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotos.

- Consolidação do Sistema Estadual de Recursos Hídricos, através do mapeamento e seu respectivo cadastramento.

2 - Agricultura e Abastecimento

- Coordenação e execução do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado do Paraná - PARANÁ RURAL.

- Prosseguimento da coordenação e execução do subprograma Manejo e Conservação do So-

lo do PARANÁ RURAL.

- Manutenção das atividades de defesa e vigilância fitossanitária e controle das doenças dos animais.
- Continuidade do Programa de Irrigação e Drenagem.
- Ampliação da capacidade estática de armazenagem.
- Atendimento alimentar a populações carentes, através do projeto Mercado Popular e de Compras Comunitárias.
- Incremento da produção, comercialização e distribuição de sementes e mudas selecionadas.
- Melhoria genética da produção animal.
- Regularização fundiária, assentamento e colonização.
- preservação dos recursos naturais renováveis, da fauna e da flora.
- Manutenção das atividades de classificação de produtos de origem vegetal.
- Assistência técnica e extensão rural aos produtores, cooperativas e sindicatos rurais.
- Desenvolvimento de pesquisa tecnológica de produtos e recursos agropecuários.

3 - Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico

- Fomento à pesquisa científica e tecnológica.
- Apoio ao desenvolvimento tecnológico de empresas.
- Incentivo a formação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área científica e tecnológica.
- Modernização e expansão industrial.
- Pesquisa, prospecção e avaliação de jazidas.

4 - Transporte

- Restauração e conservação da malha rodoviária estadual.
- Ampliação do sistema hidroviário nas bacias do Paraná, Ivaí, Paranapanema e Tibagi.
- Construção e pavimentação de trechos rodoviários.
- Integração ferroviária da região Oeste ao Porto de Paranaguá.
- Recuperação e modernização das instalações portuárias.
- Implementação de medidas de segurança nas rodovias estaduais.

5 - Energia

- Prosseguimento à construção da Usina Hidrelétrica de Segredo e início da Usina Hidrelétrica Salto Caxias, visando o aumento da capacidade de geração de energia elétrica.
- Ampliação de redes de eletrificação rural.
- Otimização do uso da capacidade geradora.
- Continuidade ao programa de fontes alternativas de energia em particular à utilização industrial dos resíduos do xisto

pirobetuminoso.

6 - Educação

- Desenvolvimento do ensino fundamental.
- Melhoria da proposta pedagógica do ensino.
- Prosseguimento ao Programa de Educação Especial.
- Continuidade do Programa Estadual de Alimentação Escolar.
- Recuperação de instalações físicas e instrumental tecnológica das escolas da rede oficial.
- Prosseguimento ao Projeto Tempo de Criança.
- Melhoria da qualidade de ensino, expansão, racionalização e desempenho das instituições de ensino superior mantidas pelo Governo do Estado do Paraná.

7 - Saúde

- Consolidação do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde - SUDS.
- Continuidade ao processo de renegociação e descentralização administrativa.
- Construção, manutenção e ampliação da rede hospitalar.
- Continuidade do Programa de Instalação de Módulos Sanitários.
- Controle das doenças transmissíveis.
- Atendimento à saúde materno-infantil.
- Assistência médica e sanitária.
- Produção de produtos farmacêuticos.

8 - Justiça, Trabalho e Ação Social

- Reestruturação e reaparelhamento do sistema penitenciário.
- Coordenação das relações do trabalho.
- Execução da política social do Estado, através da assistência às camadas mais pobres da população com o desenvolvimento dos programas de atendimento à criança, aos portadores de deficiência, aos adultos e idosos.
- Coordenação do desenvolvimento comunitário com a execução de projetos de fomento a organização comunitária.
- Apoio ao desenvolvimento do artesanato paranaense.

9 - Segurança Pública

- Reequipamento das Políticas Civil e Militar.
- Coordenação das ações de Defesa Civil.
- Controle e segurança do tráfego urbano.
- Execução do policiamento de caráter preventivo e repressivo em todo o Estado.
- Reestruturação e reequipamento do Instituto de Indenização e de Criminalística.
- Perícias médico - legais.
- Treinamento de recursos humanos das unidades policiais.
- Descentralização e reequipamento do Corpo de Bombeiros.
- Modernização do sistema de controle do Registro Nacional de Carteiras de Habilitação - RENACH, Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM e informatização do sistema penitenciário.

10 - Habitação

- Implementação da política habitacional do Estado, através da construção de unidades habitacionais.

11 - Cultura

- Preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e cultural do Estado, mediante a restauração, revitalização e conservação de bens culturais.

- Difusão cultural.

- Implantação e operação dos sistemas de radiodifusão de sons e imagens.

12 - Esporte e Turismo

- Promoção e desenvolvimento do turismo no Paraná.

- Programação para o desenvolvimento do esporte no Estado.

- Controle da qualidade dos empreendimentos turísticos.

13 - Administração Fazendária, Finanças e Fomento

- Aperfeiçoamento do sistema de tributação, arrecadação e fiscalização.

- Apoio ao aperfeiçoamento técnico-administrativo das municipalidades, visando o fortalecimento das finanças públicas.

- Apoio financeiro aos setores público e privado através de ações de fomento.

- Incremento creditício ao comércio, indústria, serviços e agropecuária.

14 - Administração Geral

- Consolidação do processo de implantação do regime jurídico único.

- Promoção e valorização do servidor público.

- Treinamento de recursos humanos.

- Desenvolvimento de ações de racionalização administrativa e utilização adequada dos recursos humanos e materiais.

- Modernização do sistema estadual de processamento de dados.

15 - Coordenação e Assessoramento

- Acompanhamento e intermediação junto a organismos internacionais, no âmbito do intercâmbio comercial e tecnológico.

- Coordenação geral e articulação intersectorial na realização de estudos e projetos de desenvolvimento do Estado.

- Apoio técnico ao Governador do Estado, nas áreas de pesquisas, estatísticas e treinamento.

- Defesa do interesse do Estado na esfera judicial e extra-judicial.

- Assistência jurídica à população carente.

- Divulgação oficial sistemática a nível local, nacional e internacional das ações do Estado.

ANEXO II

Prioridades e metas a serem observadas na elaboração do Orçamento Próprio da Administração Indireta para o exercício de 1991.

1 - Administração e Planejamento

- Construção e reequipamento da rede físico-arrecadadora visando a melhoria de atendimento ao contribuinte e aumento da arrecadação.

- Aperfeiçoamento dos processos tradicionais de arrecadação e combate à sonegação.

- Informações geográficas e estatísticas com destaque para a manutenção e otimização do Banco de Dados do Estado - BDE.

- Estudos e pesquisas econômico-sociais, destinados ao acompanhamento da conjuntura econômico-sociais, destinados ao acompanhamento da conjuntura econômico-social.

- Treinamento de recursos humanos, visando a administração pública estadual de profissionais especializados e altamente qualificados.

- Acompanhamento dos programas com financiamento internacional.

- Execução de trabalhos gráficos para o setor público.

- Aquisição, administração e controle de materiais no âmbito do Poder Executivo.

- Prestação de serviços de transporte oficial.

- Administração e manutenção dos serviços de arquivo e microfilmagem.

- Execução de reparos e obras e desenvolvimento de novas tecnologias em construção civil.

- Exploração dos serviços lotéricos.

2 - Agricultura

- Preservação dos recursos naturais renováveis.

- Proteção à fauna e a flora.

- Regularização fundiária.

- Reflorestamento e desenvolvimento florestal.

- Monitoramento e fiscalização do uso do solo.

- Pesquisa e desenvolvimento tecnológico de produtos e recursos agropecuários.

- Capacitação de agentes responsáveis pela geração e/ou transferência de tecnologias.

3 - Comunicações

- Implantação e operação dos sistemas de radiodifusão de sons e imagens.

4 - Segurança Pública

- Coordenação e controle do tráfego urbano visando melhor atendimento aos usuários dos serviços de trânsito.

- Ampliação e recuperação das instalações físicas e melhoria da infraestrutura da Polícia Militar e DETRAN, com recursos do Fundo Especial de Reequipamento do Trânsito - FUNRESTRAN.

5 - Desenvolvimento Regional

- Apoio técnico, administrativo e financeiro aos municípios e órgãos estaduais envolvidos na implementação do PEDU.

- Prestação de assistência técnica aos municípios paranaenses na área de planejamento, finanças, organização administrativa e outras.

- Financiamentos de planos, programas, projetos e atividades voltados ao desenvolvimento urbano com recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU.
- Coordenação das ações de governo na Região Metropolitana de Curitiba.

6 - Educação e Cultura.

- Infra estrutura e apoio logístico ao ensino de 1° e 2° graus
- Manutenção de unidades escolares rurais.
- Manutenção e aprimoramento da qualidade de ensino ministrado pelo Colégio Estadual do Paraná.
- Promoção e desenvolvimento do esporte e turismo no Paraná.
- Instalação de Centros de Excelência e de Centros Regionais de Esporte.
- Apoio ao desenvolvimento do esporte amador e competições esportivas.
- Expansão e descentralização da Biblioteca Pública do Paraná.
- Infusão cultural e editoração.
- Apoio ao desenvolvimento das artes cênicas.
- Administração do ensino superior de música e belas artes.
- Melhoria da qualidade de ensino, expansão, racionalização e desempenho das instituições de ensino superior mantidas pelo Governo do Estado do Paraná.

7 - Indústria, Comércio e Serviços.

- Desenvolvimento dos trabalhos de orientação metrológica, com o objetivo de garantir em todo o Estado a fiscalização dos produtos pré-acondicionados de consumo básico da população.
- Aperfeiçoamento do sistema de controle do registro de alterações em empresas.

8 - Saúde e Saneamento

- Assistência integral à saúde da população em especial a da baixa renda.
- Ampliação da rede física e dos equipamentos hospitalares.
- Execução dos serviços de apoio, diagnóstico profilático e terapêutico.
- Desenvolvimento de estudos e pesquisas de recursos hídricos.
- Implantação de microssistemas de abastecimento de água.
- Desenvolvimento de políticas de proteção e preservação do meio-ambiente.
- Continuidade às ações de controle da erosão urbana.
- Programa de drenagem de regiões a enchentes.
- Recuperação de áreas erodidas.

9 - Assistência e Previdência

- Prestação de assistência médica e previdenciária aos servidores públicos estaduais.
- Assistência social a população carente, proporcionando atendimento às crianças, jovens, idosos e portadores de deficiência.

10 - Transporte

- Aperfeiçoamento dos servidores de operação e tráfego nas unidades portuárias.
- Recuperação e modernização das instalações portuárias.
- Construção e pavimentação de rodovias.
- Conservação da malha rodoviária estadual.
- Execução de rodovias alimentadoras e vicinais.

ANEXO III

Prioridades e metas a serem observadas na elaboração do orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

1. Administração e Planejamento.

- Apoio ao desenvolvimento, pesquisa e controle da qualidade de produtos industriais.

- Pesquisas tecnológicas, testes, análises e controle da qualidade em produtos químicos e biológicos.

- Produção de imunobiológicos.

- Prestação de serviços de processamento de dados, consultoria e assessoramento para o desenvolvimento, implantação de novos serviços em computador, atendendo aos órgãos da Administração Pública Estadual, bem como a Prefeituras Municipais.

- Incremento creditício ao comércio, indústria, serviços e agropecuária.

- Apoio financeiro aos setores público e privado.

- Preservação do parque produtivo paranaense.

- Expansão da base produtiva do Estado.

2. Agricultura

- Armazenamento da produção agrícola.
- Fomento e mecanização agrícola no meio rural.

- Construção de terminais ferroviários de distribuição de calcário.

- Apoio a comercialização de hortigranjeiros e atendimento a famílias de baixa renda.

- Assistência técnica e extensão rural aos produtores, cooperativas e sindicatos rurais.

- Inspeção, padronização e classificação de produtos de origem vegetal, seus subprodutos e resíduos, para fins de comercialização interna e externa.

- Análise de sementes.

3. Saúde e Saneamento

- Implantação, manutenção e expansão de redes e ligações dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e depuração de esgotos em diversos municípios paranaenses.

4. Energia e Recursos Minerais

- Pesquisa mineral, desenvolvimento mineiro e fomento à produção.

- Expansão do sistema de geração de

Curitiba, segunda, em 16.04.90

energia elétrica - continuidade a construção da Usina Hidrelétrica de Segredo, visando o aumento da geração de energia elétrica.

- Expansão do sistema de transmissão de energia elétrica - aumento da capacidade de transformação de energia com a construção e ampliação de linhas de transmissão e subestações.

- Expansão do sistema de distribuição urbana de energia elétrica, construção de linhas e redes de distribuição urbana e de alimentadores.

- Expansão do sistema de distribuição rural de energia elétrica.

- Desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados a programas de novas alternativas de aproveitamento energético.

5. Habitação

- Implementação da política habitacional do Estado, através da construção de unidades habitacionais, principalmente pelos Programas Mutirão e de Autoconstrução.

6. Indústria, Comércio e Serviços

- Construção e equipamentos para o Centro de Convenções de Curitiba.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob o n. 100/90, do Senhor ABRAHÃO MIGUEL - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando Anteprojeto de Lei, "ad referendum" do Órgão Especial daquela Corte, que reajusta em 196,03% (cento e noventa e seis vírgula zero três por cento), os vencimentos dos servidores do Poder Judiciário, a partir de 1º de abril de 1990. Ao conhecimento da Casa.

Sob os ns. DTL/SAT/56 e 57/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei números:

083/90 - De autoria do Deputado ARTAGAO MATTOS LEO, que cria o Município de Rio Bonito, com território desmembrado do Município de Laranjeiras do Sul, com as divisas específica, o qual convertido em Lei tomou o n. 9.222. Anote-se - Arquivar-se.

013/90 - De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a Fundação MAXINVEST, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n. 9.223. Anote-se - Arquivar-se.

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Pelo Presente, o Deputado FERRARI JÚNIOR, na qualidade de Líder da Bancada do PRN, vem indicar os Deputados abaixo relacionados para a Vice-Liderança da Bancada do PRN:

- Deputada AMÉLIA HRUSCKA
 - Deputado ANTÔNIO BÁRBARA
 - Deputado DAVID CHERIEGATE
 - Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
- Sem mais para o momento, reiterando a Vossa Excelência apreço e consideração.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) FERRARI JÚNIOR

Líder do PRN

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 769

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 269/89, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 16.04.90

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 770

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 188/89, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 16.04.90

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 776

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 045/90 que propõe Pensão de 02 (dois) Salário Mínimos para Viúva do Ex-Prefeito Antônio P. Cantelmo, de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) JOAO ARRUDA

REQUERIMENTO N° 775

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 046/90 que propõe Pensão de 02 (dois) Salário Mínimos para Viúva do Ex-Prefeito Ivo Feiten, do Município de São João.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) JOAO ARRUDA

REQUERIMENTO N° 787

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 047/90 que propõe Pensão de 02 (dois)

Salário Mínimos para Viúva do Ex-Prefeito Atilio Chaves, do Município de Enéas Marques.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO N° 783

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 043/90 que propõe a denominação de Atilio Chaves para a Estrada Vista Alegre-Entroncamento da PR-471 (no Município de Salto do Lontra).

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO N° 782

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 044/90 que propõe Denominação de Riciari Cella para a Estrada Francisco Beltrão a Verê.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO N° 780

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 210/90 que propõe A Criação do Município de Nova Esperança do Sudoeste, desmembrado do Município de Enéas Marques.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO N° 777

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 211/90 que propõe a Criação do Município de Pinhal de São Bento, Desmembrado de Santo Antônio do Sudoeste.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO N° 807

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 216/90, que isenta do pagamento da taxa para confecção da Cédula de Identidade para os maiores de sessenta e cinco anos, domiciliados em território paranaense.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 802

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 070/89, que declara de Utilidade Pública o "Conselho Comunitário de Desenvolvimento Assistencial Educacional e Cultural, com sede e foro na Cidade de Cerro Azul.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO N° 806

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 176/90, que declara de Utilidade Pública a Fundação Santos Lima, com sede e foro nesta Capital.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO N° 812

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime Urgência aos seguintes projetos de resolução:

- Projeto de Resolução n. 24/90 - De autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, que autoriza a realização de plebiscito no Município de Nova Santa Bárbara.

- Projeto de Resolução n. 25/90 - De autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, que autoriza a realização de plebiscito no Município de Boa Esperança do Iguaçu.

- Projeto de Resolução n. 26/90 - De autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, que autoriza a realização de plebiscito no Município de Cruzeiro do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO N° 823

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, Requer Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 330/89, que cria o "Dia do Voluntariado Paranaense", bem como sua posterior inclusão na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) ACIR MEZZADRI

REQUERIMENTO N° 771

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja incluído na Ordem do Dia da próxima sessão, o Projeto de Lei n. 26/90, que isenta do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na aquisição de veículos para serviço e taxis de profissionais autônomos no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 772

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja incluído na Ordem do Dia da próxima sessão, o Projeto de Lei n° 25/90, que cria no âmbito do Instituto de Previdência do Estado (IPE), o Hospital do Servidor Público.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 789

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja incluído na Ordem do Dia o Projeto de Lei n° 32/90, que cria o Município de Doutor Antônio Paranhos, desmembrado do Município de São Jorge D'Oeste, neste Estado.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

REQUERIMENTO N° 791

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja incluído na Ordem do Dia o Projeto de Lei n° 09/90, que autoriza a realização de plebiscito no Município de Bom Sucesso do Sul.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

REQUERIMENTO N° 803

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, e considerando que o Projeto de Lei n° 233/89, que declara de Utilidade Pública a Associação Evangélica Monte Moria, se encontra em Regime de Urgência, sua imediata inclusão na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO N° 804

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, e considerando que o Projeto de Lei n° 179/90, que declara de Utilidade Pública a Associação das Pessoas Deficientes de Nova Esperança, se encontra em Regime de Urgência, sua imediata inclusão na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO N° 805

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, e considerando que o Projeto de Lei n° 176/90, que declara de Utilidade Pública a Fundação Santos Lima, se encontra em Regime de Urgência, sua imediata inclusão na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO N° 807

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que declara de Utilidade Pública a Creche Municipal Recanto Feliz e considerando que o Projeto de Lei n. 029/90 se encontra em Regime de Urgência, sua imediata inclusão na Ordem do Dia.

REQUERIMENTO N° 808

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, e considerando que o Projeto de Lei n° 331/89, que declara de Utilidade Pública a Santa Casa de Paranaíba, se encontra em Regime de Urgência, sua imediata inclusão na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) EDUARDO BAGGIO

REQUERIMENTO N° 811

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei de autoria do Deputado David Cheriegate, que retifica as divisas do Município de Ibema.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO N° 798

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Retorno à Ordem do Dia em Regime de Urgência, do Projeto de Resolução n° 011/90, que autoriza realização de Plebiscito no Município

de Honório Serpa, desmembrado de Mangueirinha.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO N° 800

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, a transformação da Assembléia Legislativa em Comissão Geral de Plenário para a apreciação do Projeto de Lei n° 216/90, que isenta do pagamento da taxa para confecção da Cédula de Identidade, os maiores de sessenta e cinco anos, domiciliados em território paranaense.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 766

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no que suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 36, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a Constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, durante sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 365/89, de autoria do Deputado Werner Wanderer, que concede título de Cidadão Benemérito ao Senhor José Eduardo de Andrade Vieira.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO N° 814

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral, de acordo com o art. 35, do Regimento Interno, para apreciar o Projeto de Resolução n° 24/90, que autoriza a realização de Plebiscito no Município de Nova Santa Bárbara, na sessão do dia 17 de abril, às 14:30 horas.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO N° 813

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral, de acordo com o art. 35, do Regimento Interno, para apreciar o Projeto de Resolução n° 25/90, que autoriza a realização de Plebiscito no Município de Boa Esperança do Iguaçu, na sessão do dia 17 de abril, às 14:30 horas.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO N° 815

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral, de acordo com o art. 35, do Regimento Interno, para apreciar o Projeto de Resolução n° 26/90, que autoriza a realização de Plebiscito no Município de Cruzeiro do Iguaçu, na sessão do dia 17 de abril, às 14:30 horas.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO N° 816

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral, de acordo com o art. 35, do Regimento Interno, para apreciar o Projeto de Lei n° 215/90, que regulamenta o Artigo 45 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual, na sessão do dia 17 de abril, às 14:30 horas.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO N° 817

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral, de acordo com o art. 35, do Regimento Interno, para apreciar o Projeto de Resolução n° 005/89, que proíbe o provimento de cargos Comissão da Assembléia Legislativado Estado do Paraná, por parentes de Parlamentares, na sessão do dia 17 de abril, às 14:30 horas.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO N° 819

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral, de acordo com o art. 35, do Regimento Interno, para apreciar o Projeto de Resolução n° 040/89, que dá nova redação aos artigos 159, 161 e 162, da Resolução n° 11/60, na sessão do dia 17 de abril de 1990, às 14:30 horas.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO N° 796

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a Transformação da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para que no dia 17 de abril, durante a Sessão Plenária, profira parecer sobre o Projeto de Lei n° 214/90, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que cria o Município de Tamarana.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO N° 786

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 767

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, e o posterior envio às Comissões Técnicas, a fim de receber o parecer competente, dos Projetos de Lei n°s: 22/90 - que autoriza o DETRAN, a elaborar o Plano de Cargos e Salários de seus funcionários estatutários:

23/90 - que estabelece critérios para liquidação de débitos do Estado junto ao IPE, relativos às contribuições de ordem patronal;

27/90 - que isenta os servidores inativos da contribuição ao Instituto de Previdência do Estado- IPE.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 797

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a retirada da Ordem do Dia, dos Projetos de criação de Municípios que não contenham a Certidão do IBGE.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO N° 820

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 127/90.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 821

Senhor Presidente.

Os líderes, infra-assinados, requerem a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 204/90, até que o Governo forneça à Assembléia Legislativa, as informações sobre os gastos com publicidade conforme reportagens publicadas no Estado de São Paulo.. (12.04.90) e no Jornal da Tarde (12.04.90), bem como da resposta ao pedido de informações aprovado pela ALE, formulados pelo Deputado Nereu Massignan, para que o BANESTADO forneça os dados com gastos de publicidade desde 15.03.87, até a data de aprovação do requerimento.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(aa) NEREU CARLOS MASSIGNAN- PSDB

FERRARI JÚNIOR- PRN

VALDERI MENDES VILELA- PDT

EDUARDO BAGGIO- PDC

REQUERIMENTO N° 763

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de pesar pelo falecimento do Senhor OSVALDO ANTONIO DOS SANTOS, ocorrido em 06.04.90, no Município de Jardim Alegre-Pr.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos familiares abaixo relacionados:

Antonia Benedita dos Santos (esposa)

José Carlos dos Santos (filho)

Elsos dos Santos

à Rua Tiradentes, s/n°

86.860- Jardim Alegre- Pr.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 764

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar pelo falecimento do Senhor MARTINHO AUGUSTO MEDEIROS, ocorrido em 03.04.90.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à nora do falecido através de correspondência, a ser encaminhada para o seguinte endereço:

Sra. Delma Santana Rodrigues dos Santos

A/C do Senhor Emílio Antonio Rodrigues

Centro de Saúde de Jardim Alegre

rua Pio XII, n° 503- Jardim Alegre-PR.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 765

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Aroldo Antonio dos Santos, ocorrido em 03.04.90.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência à esposa do falecido, através de correspondência a ser encaminhada para o seguinte endereço:

Sra. Delma Santana Rodrigues dos Santos

A/C do Sr. Emílio Antonio Rodrigues
Centro de Saúde de Jardim Alegre
Rua Pio XII, n° 503- Jardim Alegre-PR.
Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO N° 779

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e parlamentares, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento de OSÉAS STOTERAU, membro de tradicional família de São Mateus do Sul, ocorrido na última 6.^a feira, vítima de acidente automobilístico.

Solicita, seja comunicado a seus familiares, na Cidade de São Mateus do Sul.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(aa) ANIBAL KHURY

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO N° 794

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a inserção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, desta Assembléia Legislativa, de voto de congratulações à Sociedade Rural do Paraná, devido a comemoração dos trinta anos de importação do gado Zebu, pelo pioneiro Celso Garcia Cid.

REQUER, outrossim, seja dado conhecimento da decisão desta Casa ao Presidente daquela entidade, Senhor Brazílio de Araujo Neto.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Durante a Exposição "Londrina 90", a Sociedade Rural do Paraná comemorou, com merecido destaque, os trinta anos de importação do gado Zebu, ressaltando a importância desse fato para o desenvolvimento da pecuária paranaense.

A figura do pioneiro Celso Garcia Cid foi lembrada com justiça, pois foi ele que, enfrentando e superando todas as dificuldades, conseguiu trazer para o Paraná os primeiros exemplares de uma raça que veio mudar por completo a situação de nos-

sa pecuária. Com muita garra e verdadeira obstinação, soube ele implantar aqui, após naturalizar-se brasileiro e de fundar a Viação Garcia - outro orgulho do Paraná - um autêntico centro de fomento e difusão da raça zebu da mais alta linhagem. Buscando na Índia, por diversas vezes, os melhores exemplares da raça, ele não titubeou em fazer disseminar esses animais pelo Estado e pelo País. Doou muitos deles à Secretaria de Estado da Agricultura do Paraná, estimulando um bem sucedido programa de troca de exemplares de raça por outros, comuns. Instalou o primeiro Laboratório particular de congelamento de sêmen e, ainda, trouxe para o Paraná o serviço de registro genealógico. Do plantel que Celso Garcia importou saíram animais que hoje contribuem para a melhoria dos rebanhos não só no Brasil, como também na Argentina, Paraguai, Bolívia, Venezuela, México, Estados Unidos, África e até na própria Índia.

Por tudo isso, é justo e oportuno que, após trinta anos, se procure lembrar a figura do pioneiro Celso Garcia Cid e se destaque o fato que marcou de forma indelével a história da pecuária paranaense. E o Poder Legislativo sensível às manifestações da comunidade, não pode ficar alheio a um acontecimento de tal importância.

Dáí, a convicção de que os Senhores Deputados emprestarão ao presente requerimento o necessário apoio, numa homenagem do Poder Legislativo à Sociedade Rural do Paraná pela feliz iniciativa, à qual também se une para relembrar e reverenciar a memória do saudoso pioneiro Celso Garcia Cid.

REQUERIMENTO N° 761

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que a Comissão Executiva determine ao setor competente, a realização, no próximo dia 25 do corrente, das 09:00 às 12:00 horas, o I Fórum de Debates sobre "As Medidas Econômicas e seus Reflexos na Agropecuária".

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 793

Senhor Presidente.

Hoje é dia de desânimo para a maioria dos contribuintes curitibanos. É a data do vencimento de mais uma parcela do IPTU, o grande negócio do Prefeito Jaime Lerner. Mal teve tempo a Prefeitura de contar o dinheiro recebido no último dia 30, e eis que já é de novo o dia de forrar os cofres. Com o BTN no valor de abril diga-se

de passagem. Quem não pagar na data, ameaça a Prefeitura, paga juros bancários ao dia.

Há pouco menos de um mês encaminhei ao Senhor Procurador Geral da Justiça um requerimento, através desta Casa, questionando o Ministério Público sobre a legalidade do sistema de cobrança que a Prefeitura de Curitiba vem utilizando. Não obtive resposta. Ao que parece, esta questão, para a Procuradoria, é assunto menor. Sem nenhuma barreira jurídica levantada, a Prefeitura continua sua cobrança escorchantes dos tributos. Dilatou o prazo de março até dia 30 último não por ser o prefeito bonzinho, compreensivo ou solidário. Mas porque pixoteou na distribuição dos talões e foi atropelado pelo novo plano econômico. Com o caos bancário instalado, era bem possível que se o prefeito tivesse pressa em receber seus IPTU's os bancos o mandassem cobrar os impostos de porta em porta.

Na verdade hoje o País é outro. A mentalidade do lucro abusivo está sendo posta em choque. Estamos todos em economia de guerra. Só o Prefeito de Curitiba parece que ainda não acordou de suas utopias. Por isso me vejo obrigado a interpelar o vice-Prefeito da Cidade, Deputado Algaci Túlio - com assento neste Plenário - que parecia semanas atrás disposto a arriscar mais do que palavras se o prefeito não reconsiderasse a questão da cobrança dos carnês do IPTU, o que será feito Deputado?

Cruzar os braços e dizer que vice é vice ou buscar soluções que contem com os contribuintes, resgatando através do bom senso, a capacidade do curitibano pagar os seus impostos sem deixar de comer?

A atitude do Prefeito Jaime Lerner ao desconsiderar os protestos dos contribuintes é incompatível com a sabedoria que deve nortear um administrador. Permanecer insensível é não saber destacar prioridades. Há momentos em que as vaidades precisam ser postas de lado, os planos ambiciosos, ainda que a favor da cidade, precisam ser revistos, e a dinâmica da cidade deve encontrar seu próprio ritmo. É quando o interesse do povo deve prevalecer, com suas prioridades básicas. Curitiba, à beira dos 300 anos, não é mais uma cidade a procura do seu destino, mas uma comunidade espelhada na prudência das diversas etnias que a formaram. Se o prefeito desta Cidade tão bonita e tão valente - e assim tem sido desde antes que o senhor Jaime Lerner a monopolizasse - entender que os sonhos podem esperar, estará dando à população que o elegeu uma prova de que nem todos cospem no prato em que comeram.

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, que seja encaminhada cópia deste pronunciamento ao Senhor Procurador Geral da Justiça

do Estado.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 773

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a Associação Beneficente de Goioerê.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Beneficente de Goioerê, é uma entidade que atende dezenas de pessoas carentes, mantendo uma tradição de bom atendimento. Entretanto, por motivos de defasagem orçamentária, causada pelos índices inflacionários, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO N° 774

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para Albergue Noturno em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Albergue Noturno, localizado em Campo Mourão, é uma entidade assistencial que presta relevantes serviços àquela comunidade, atendendo a pessoas carentes da região. Entretanto, por motivos de defasagem orçamentária, causada pelos índices inflacionários, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO N° 787

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER À MESA, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Presidente da COPEL, Dr. Francisco Luiz Gomide, sugerindo manter contatos com as autoridades econômicas da União, na tentativa em que o referido órgão possa cobrar as tarifas de energia elétrica industrial, em cruzados novos.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Após o novo plano econômico, a COPEL passou a cobrar em cruzeiros os débitos do setor industrial, o que representa quantias significativas e a grande parte dos

recursos das indústrias está retida em cruzados novos junto ao Banco Central.

Como a COPEL é uma empresa pública e pode, portanto, automaticamente transferir cruzados novos em cruzeiros, seria importante passar a cobrar os débitos do setor industrial em cruzados novos, favorecendo a continuidade da industrialização no Estado. Seria também uma tentativa de reduzir um pouco o impacto do plano econômico, nas indústrias do nosso Estado.

REQUERIMENTO N° 788

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado aos senhores Deputados Federais e Senadores da República, pelo Paraná, bem como aos líderes de bancadas partidárias na Câmara e Senado Federal, alertando para a inconveniência da aprovação do Projeto de Lei n° 2.752, de 1989, de autoria do Deputado Federal Max Rosenmann.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela objetiva modificar o dispositivo da Lei n° 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário de comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos e determina outras providências.

Ao tocar no artigo 15 da referida lei, a proposta obriga a presença de técnico responsável somente nos estabelecimentos farmacêuticos que preparam fórmulas magistrais e de acordo com prescrição médica, ao contrário da atual redação que obriga essa permanência em toda e qualquer farmácia e drogaria.

A proposta do autor do projeto, contudo, é redundante, num primeiro plano, uma vez que a manipulação de fórmulas magistrais e farmacopéicas é atribuição exclusiva do profissional farmacêutico, conforme o decreto n° 85.878, de 07 de abril de 1981. Essa atribuição exclusiva, contudo, não isenta o profissional farmacêutico do assessoramento e responsabilidade técnica em estabelecimentos industriais e farmacêuticos em que se fabriquem produtos que tenham indicações e/ou ações terapêuticas, anestésicos ou auxiliares de diagnósticos, ou capazes de criar dependência física ou psíquica; órgãos, laboratórios, setores ou estabelecimentos farmacêuticos em que se executem controle e/ou inspeção de qualidade, análise prévia, análise de controle e análise fiscal de produtos que tenham destinação terapêutica, anestésica ou auxiliar de diagnósticos ou capazes de determinar dependência física ou psíquica; órgãos, laboratórios, setores ou estabele-

cimentos farmacêuticos em que se pratique extração, purificação, controle de qualidade, inspeção de qualidade, análise prévia, análise de controle e análise fiscal de insumos farmacêuticos de origem vegetal, animal e mineral; depósitos de produtos farmacêuticos de qualquer natureza além das demais funções elencadas no Decreto n° 85.878, de 07 de abril de 1981, que estabeleceu normas para execução da Lei n° 3.820, de 11 de novembro de 1960, sobre o exercício da profissão de farmacêutico.

Ao buscar mudar o dispositivo legal, através do referido projeto de lei, o Deputado autor abre um perigoso precedente para que o mercado de trabalho seja fechado aos profissionais habilitados, como forma de reduzir os custos do funcionamento de estabelecimentos, conforme alegou o presidente da Associação das Farmácias Comerciais do Paraná, João Michael Junkert, em função da obrigatoriedade do pagamento do piso de dez salários-mínimos para o profissional.

Parece estranho o argumento, uma vez que todos sabemos, o piso de salários é definido pelo próprio Congresso Nacional, em lei, e tem a finalidade de fixar um patamar mínimo de vencimentos para uma determinada área profissional, assegurando padrão de dignidade e respeito àquele cidadão que se habilitou em Curso Próprio para o exercício profissional. A afirmação do autor do projeto, na sua justificativa, de que a exigência (sic) contida no atual parágrafo 1° do artigo 15 extrapola a realidade do mercado, sem que dela resulte qualquer benefício à saúde ao comércio farmacêutico e ao bom atendimento público.

Ora isto parece absurdo, uma vez que não há como desprezar a importância e o peso dos conhecimentos que os farmacêuticos recebem e acumulam durante três anos de curso superior.

A satisfação das funções de assessoramento e responsabilidade técnica que enumeramos no início desta justificação só é possível pelo profissional habilitado, conhecedor dos procedimentos adequados para tais procedimentos.

A afirmação, salvo melhor juízo, desmerece a categoria do farmacêutico - como o propósito do projeto da mesma forma - uma vez que não pode haver maior benefício à saúde e à população que a responsabilidade de um profissional habilitado a seu serviço.

Outro argumento falho: o de que predomina o comércio, nas farmácias e drogarias, de produtos prontos e acabados. Mesmo o comércio de tais medicamentos não prescinde da observação e orientação do profissional farmacêutico que verifica desde a validade do produto, até o escl-

recimento à população da posologia, contra indicações e efeitos colaterais, tendo responsabilidade por isso.

É admitida a presença nos estabelecimentos de atendentes com curso realizado pelo Departamento de Fiscalização do Exercício Profissional, das Secretarias de Saúde Estaduais. É verdade, porém, que embora eles possam desempenhar funções nos estabelecimentos, não respondem com aquela responsabilidade definida pela regulamentação da profissão do farmacêutico, desenvolvendo, neste caso, a função clara e restrita de atendente.

Deve cair por terra, também, o argumento de que a lei deve ser modificada porque os Conselhos (sic) Regionais de Farmácia, em nenhum Estado, vêm exigindo o cumprimento da lei sob exame. Ora, o fato de uma lei ser descumprida não justifica sua alteração mas, nos obriga a tomada de procedimentos para seu cumprimento e respeito.

Caso o projeto fosse aprovado, não temos dúvida, um grande segmento do mercado hoje povoado pelos profissionais de farmácia seria fechado, provocando uma crise inclusive, com reflexos em outras profissões.

Diante disso, confiamos na sensibilidade dos senhores deputados federais e senadores, líderes de bancadas, no sentido de rejeitar o referido projeto, garantindo a integridade das funções dos profissionais farmacêuticos, como respeito a essa distinta categoria profissional.

Que do teor presente se dê ciência ao Conselho Federal de Farmácia e ao Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 810

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Ministério da Economia, solicitando que seja feita uma campanha de conscientização junto às indústrias de brinquedos no sentido de que desenvolvam lançamentos de brinquedos educativos e de lazer evitando aqueles que estimulem a violência e outros comportamentos agressivos à sociedade, tendo em vista que os ensaios feitos através dos brinquedos infantis certamente serão as atividades escolhidas pelo cidadão na fase adulta.

Sala das Sessões, em 10.04.90.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO N° 785

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado Estadual, pede seja prestada homenagem "post-mortem" ao paranista Arnaud Ferreira Velloso, jornalista baiano nascido a 10 de abril de 1902, e falecido em Curitiba a 23

de novembro de 1980, através da inserção nos anais desta Assembléia de texto de sua autoria, publicado na rara edição especial da revista "Divulgação" feita álbum do Centenário do Paraná, bem como a inserção de dados biográficos seus, para perpétua memória nesta Casa de Leis - que é também a consciência política e cultural do Estado.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Este Deputado tem recebido constantes solicitações de expressivo número de pessoas pedindo a memória histórica reconhecida do trabalho do jornalista Arnaud Ferreira Velloso, cidadão honorário de Curitiba em 1964, notável pena, coronel do Exército Nacional, jornalista pioneiro, fundador da "Divulgação Paranaense", revista admirável.

Faz-se agora tal memória, pela presente inserção, que temos certeza enriquecerá o acervo da Egrégia Assembléia.

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 029/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito nas divisas abaixo descritas, no atual Distrito Administrativo e Judiciário de Alto Alegre, no Município de Colorado, para que a população decida sobre a criação do Município de Alto Alegre.

"Ao Norte, com os Municípios de Itaguajé, Santa Inês e Santo Inácio; começando no Rio Pirapó, na foz do Rio Ibiratinga, subindo por este até a sua cabeceira, onde alcança a cabeceira do Córrego de Canto.

Ao Sul, com Lobato e Santa Fé, começando na foz do Rio Bandeirantes do Norte, subindo por este até a Água Marante.

A Leste, com o Município de Nossa Senhora das Graças.

A Oeste, com os Municípios de Inajá e Paranacity".

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

A elevação do Distrito de Alto Alegre à Município deve-se ao seu vigoroso índice de desenvolvimento. Pois de há muito vem melhorando as condições de vida de seus habitantes.

Além de que tal medida vem consubstanciada na vontade majoritária de sua população.

Por estes motivos, esperamos contar com o devido apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis à nossa proposta.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 030/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita do atual distrito de Pinhal de São Bento, no município de Santo Antônio do Sudoeste para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Pinhal de São Bento, como segue a descrição dos seus limites e confrontações:

Com o Município de Ampere: Começa no rio Capanema, na foz do rio XV de Novembro, sobe por este até a sua nascente, ponto de divisas com o Município de Salgado Filho;

Com o Município de Salgado Filho: Começa no ponto acima descrito, nas nascentes do rio XV de Novembro, seguindo deste ponto pela Linha de divisas das Glebas n°s 3-BA, 8-BA, 9-BA com as Glebas 201-SA e 204-SA do Imóvel Missões com o imóvel Santo Antonio (GETSOP) atingindo a nascente do arroio Primeiro de Abril, descendo por este até a sua foz rio Tamanduá, pelo qual desce até a sua foz no rio Capanema.

Com o Município de Santo Antônio do Sudoeste: Começa no ponto acima descrito, na foz do Tamanduá no rio Capanema, segue pelo referido rio Capanema até a foz do rio XV de Novembro, divisa com o Município de Ampere, ponto de partida.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data da sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) JOÃO ARRUDA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 031/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, nos Municípios de Palmeira e Balsa Nova, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Witmarsum do Purunã; com as seguintes divisas e confrontações com sua sede na localidade de São Luiz do Purunã.

"Começa na confluência do Rio Tibagi com o Rio Pugas, subindo pelo Rio Pugas até a Foz do Rio Quero-Quero; sobe pelo Rio Quero-Quero até a sua nascente nas proximidades da estrada municipal que liga a Colônia Quero Quero com a BR-277; seguindo por esta mesma rodovia Municipal até a divisa Intermunicipal de Palmeira e Porto Amazonas; segue por esta mesma divisa Intermunicipal até encontrar o Rio dos

Papagaios; desce pelo Rio dos Papagaios até encontrar o Rio Iguaçu; desce pelo Rio Iguaçu, até encontrar o Arraial Amola Faca, segue pelo Arraial até a cumeada da Serra dos Veados, seguindo pela cumeada da Serra dos Veados até a cumeada da Serra dos Capados, segue pela Serra dos Capados até encontrar a Estrada Municipal DZ-409, segue por esta estrada, atravessando a BR 277 até a Divisa Intermunicipal de Campo Largo e Balsa Nova, seguindo pela mesma Divisa Intermunicipal (Serra do Purunã) até encontrar a Divisa Intermunicipal entre Palmeira, Campo Largo e Balsa Nova; deste ponto segue pela Divisa Intermunicipal entre Campo Largo e Palmeira até encontrar o Rio Tibagi; desce por este mesmo Rio dividindo com o Município de Ponta Grossa até a confluência do Rio Pugas, ponto de partida.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Município cuja criação ora é proposta deverá representar um decisivo reforço ao desenvolvimento de uma vasta e promissora região do Paraná, onde se localizam as tradicionais localidades de São Luiz do Purunã e Witmarsum.

As condições geográficas de novo território a ser elevado à categoria de Municipalidade autônoma favorecem sua unificação, com desmembramento de parte da área do Município de Balsa Nova e parte do de Palmeira. É que o distrito de Purunã situa-se serra acima, além da serra do mesmo nome, no segundo Planalto do Paraná, enquanto a sede do Município, Balsa Nova, está aninhada no vale, abaixo da serra e com dificuldade de acesso para os moradores de Purunã.

Por sua vez a comunidade de Witmarsum situa-se na extrema do Município de Palmeira, logo a seguir, a São Luiz do Purunã, distada mais de 30 km da sede de Palmeira, o que obriga os sacrifícios e gastos de tempo e recursos para o deslocamento de seus habitantes.

Doutro lado ambas as comunidades - Purunã e Witmarsum mantêm entre si um relacionamento reforçado pela proximidade e interesses comuns, de vez que os operosos moradores de Witmarsum são levados a transitar constantemente por Purunã, situada no eixo da Rodovia BR 376, em demanda aos mercados para seus produtos (Curitiba e Centro-Sul do Brasil).

Ademais, a Colônia de Witmarsum, hoje com mais de 2 mil moradores, exibe uma pujança que faz orgulho à capacidade realizadora da gente paranaense; Cooperativa ali sediada possui fábricas de laticínios

com os tradicionais produtos "Cancela", unidades de recepção e silagem de cereais para grãos (capacidade de armazenagem de 16 mil toneladas), fábrica de rações de animais, abatedouro de aves, supermercado, além de uma ótima dotação de infra-estrutura pública e social; colégio estadual, museu histórico, assistência médico-hospitalar com ambulatório e hospital (em fase de acabamento) para 60 leitos, dotado de centro cirúrgico e outros avanços de tecnologia médica, eletrificação rural, saneamento básico, estrada de acesso pavimentada etc.

A comunidade de Witmarsum, nucleada em torno de sua cooperativa, representa ainda, um exemplo cabal de integração entre os colonos que emigraram de terras longínquas e a gente brasileira, mesclando-se os sócios e dirigentes entre ambas as etnias, todos sustentados no ideal do trabalho digno como elemento de auto-realização e de progresso tão necessário ao nosso Brasil e ao Paraná.

A autonomia a ser conferida ao novo Município de Witmarsum do Purunã será um preito de homenagem a esse povo que tanto ilustra os brasileiros do Paraná.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 032/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de São Jorge D'Oeste, para que a população decida sobre a criação do Município de Dr. Antonio Paranhos, desmembrado do Município de São Jorge D'Oeste, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas:

"Partindo da foz do Lageado Dois Vizinhos no Rio Chopin e seguindo curso deste lageado até atingir a barra do Arroio Soita; e subindo este às suas cabeceiras; daí por uma linha seca rumo leste até encontrar a nascente do Rio Faca e descendo o seu curso até a sua foz no Rio Iguaçu; daí desce o Rio Iguaçu até encontrar a foz do citado Lageado Dois Vizinhos que o ponto de partida."

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 221/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública o Sindicato dos Servidores das

Secretarias e Órgãos do Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) PAULINO DELAZERI

PROJETO DE LEI N° 222/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado "ad referendum" do resultado do plebiscito o Município de Tamarana, com território desmembrado do Município de Londrina, com sede na localidade de Tamarana e com as seguintes divisas e confrontações:

Divisas:

Art. 2° - Começa no Rio Tibagi, na foz com o Rio Taquara, seguindo por este até encontrar o Ribeirão Clementino na divisa intermunicipal entre Londrina e Marilândia do Sul, seguindo por esta mesma divisa intermunicipal até encontrar o Rio do Meio, pelo mesmo Rio do Meio segue acompanhando a divisa intermunicipal entre Londrina e Ortigueira seguindo pelo Rio Apucarana até encontrar o Rio Tibagi na divisa intermunicipal entre Londrina e São Jerônimo da Serra, seguindo pelo Rio Tibagi acompanhando a divisa intermunicipal entre Londrina e São Jerônimo da Serra até encontrar a foz do Rio Taquara ponto de partida.

Art. 3° - A sede deste Município fica com as seguintes divisas e confrontações:

Começa no Rio Tibagi na foz com o Rio Taquara, subindo por este até encontrar a Pr 445, seguindo pela Pr 445 até encontrar o Rio da Prata; segue pelo Rio da Prata até encontrar o Rio Apucarantina, pelo Rio Apucarantina segue até encontrar o Rio Tibagi, pelo Rio Tibagi segue até encontrar a foz do Rio Taquara ponto de partida.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O município cuja criação é proposta por este plano de lei situa-se na rica região do norte paranaense, vizinha ao Município e cidade de Londrina, de cuja área pretendemos desmembrá-la. É que Londrina constitui, ainda hoje, um dos maiores territórios comunais do Estado do Paraná, com uma faixa alongada que começa nos contrafortes serranos do Terceiro Planalto até as cercanias da divisa com São Paulo.

Tamarana, após a emancipação, ficará com uma área territorial bem definida, contando com mais de 50 mil habitantes e vários núcleos populacionais, além de um próspero entorno composto por explorações

agropecuárias voltadas para o café, gado, o rami e hortigranjeiros destinados ao abastecimento do cinturão metropolitano londrinense.

PROJETO DE LEI N° 223/90
A Assembléia Legislativa do
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - As instituições públicas destinarão à entidades assistenciais declarada de Utilidade Pública, o material de expediente considerado inservível para reutilização ou que tenham perdido sua finalidade.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Num momento de crise, é fundamental que sejam adotadas soluções racionais que evitem o desperdício. A doação de material de expediente, notadamente de papel inservível para a reutilização às instituições assistenciais, é um ato de caridade, uma vez que servirá para evitar gastos desnecessários e melhorar a receita orçamentária das mesmas. O reaproveitamento de material reciclável deve passar a ser uma prática cotidiana na sociedade moderna. Curitiba é um exemplo desta visão. É preciso que toda a sociedade se engaje nesta missão que trará economia e uma nova mentalidade.

PROJETO DE LEI N° 224/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Funcionários do Departamento Estadual de Transporte Oficial, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, à rua Deputado Mário de Barros, n° 13.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Funcionários do Departamento Estadual de Transporte Oficial - AFDT, foi fundada em 07 de novembro de 1988, tendo seus estatutos registrados sob n° 1.000 no 3° Ofício do Registro de Títulos e Documentos desta Capital e preenche, conforme se comprova pela documentação em anexo, todos os requisitos necessários à sua declaração pública, eis que possui personalidade jurídica, está em efetivo funcionamento, presta desinteressadamente serviços à comunidade, não distribui divi-

Curitiba, segunda, em 16.04.90
dendos ou gratificações a seus associados e não remunera sua diretoria.

PROJETO DE LEI N° 225/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Proprietários, Moradores e Amigos dos Balneários Grajaú e Leblon, com sede e foro no município de Paranaguá.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.04.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei tem por finalidade reconhecer como de Utilidade Pública a Associação dos Proprietários, Moradores e Amigos dos Balneários Grajaú e Leblon.

Tal entidade é uma associação civil, fundada em janeiro de 1989, no Balneário Grajaú, município de Paranaguá, neste Estado, de tempo indeterminado de duração, composta dos proprietários, moradores e amigos do Balneários Grajaú e Leblon, sem distinção de nacionalidade, culto, sexo, raça ou interesses políticos.

É entidade merecedora de reconhecimento pelo trabalho que desenvolve, objetivando a conscientização da comunidade de suas potencialidades, levando-a responder seus anseios; despertando a mentalidade de co-responsabilidade e de co-participação, evidenciando a promoção da comunidade com efeito da conjugação de esforços, do Poder Público e da iniciativa privada e a representação da comunidade perante os órgãos públicos e privados, buscando junto aos mesmos as respostas para as demandas e carências observadas em seu meio.

Conhecendo esse trabalho, não há como o Poder Legislativo não se somar a ele, incentivando, inclusive, para que prossigam na caminhada, pugnando por conquistas na qualidade de vida dos balneários que abrange.

É a justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do Expediente.

A Mesa registra com satisfação a presença, que muito nos honra, do Deputado Federal Hélio Duque.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Hoje é mais um dia de desânimo para a maioria dos contribuintes curitibanos, porque hoje é a data que vence mais uma

parcela do IPTU, o grande negócio do Prefeito Jaime Lerner.

Mal teve tempo a Prefeitura de contar o dinheiro recebido no último dia 30 e eis que já é de novo o dia de forrar os cofres. Com o BTN no valor de abril, diga-se de passagem, quem não pagar na data, ameaça a Prefeitura, paga juros bancários diariamente.

Há pouco menos de um mês, Senhor Presidente, eu encaminhei ao Senhor Procurador Geral da Justiça o requerimento, através desta Casa, questionando o Ministério Público sobre a legalidade do sistema de cobrança que a Prefeitura de Curitiba vem utilizando e até agora, como diz o nobre Deputado Algaci Túlio, lamentavelmente, não obtive resposta.

Ao que parece esta questão para a Procuradoria Geral do Estado é um assunto pequeno, não merece atenção e sem nenhuma barreira jurídica a Prefeitura continua na cobrança-escorchanté de tributos.

Dilatou o prazo até o dia 30 de março último. Não por bondade ou porque o Prefeito era solidário com o povo curitibano, mas porque a Prefeitura pixoteou na distribuição dos talões, que foi atropelada pelo novo plano. Se ele quisesse receber em dia, os bancos os mandariam naturalmente e cobrava o imposto de casa em casa.

Na verdade hoje o País é outro. A mentalidade do lucro abusivo está sendo posta em choque. Estamos todos em economia de guerra. Só o Prefeito de Curitiba parece que não acordou das suas utopias.

Eu sem reconhecê-lo culpado em nenhum momento, gostaria de interpelar o Vice-Prefeito da cidade, nobre Deputado Algaci Túlio, que parecia mais do que disposto a arriscar mais do que palavras, se o Prefeito não reconsiderasse a questão da cobrança dos carnês do IPTU.

Então eu perguntaria ao nobre Deputado Algaci Túlio, o que é que vai ser feito? O que é que deu de toda aquela sua luta, de toda aquela sua batalha pela rádio, pela televisão, pela imprensa, aqui mesmo nesta Casa.

Eu não acredito que vá o nobre Deputado Algaci Túlio que tem uma tradição de luta em favor dos descamisados como diria o Presidente Collor de Mello, cruzar os braços, dizer que é Vice, e Vice é Vice e não pode apresentar solução nenhuma.

Eu acho que o nobre Deputado Algaci Túlio tem condições de buscar soluções que contentem os contribuintes, resgatando através do bom senso a capacidade do curitibano pagar os seus impostos, mas sem deixar de comer.

Nós esperamos que isso efetivamente aconteça. A atitude do Prefeito Jaime Lerner em desconsiderar os protestos dos contribuintes curitibanos é incompatível

com a sabedoria que deve nortear um administrador. Permanecer insensível é não saber destacar prioridades. Há momentos em que as vaidades precisam ser postas de lado.

Os planos ambiciosos, ainda que a favor da cidade precisam ser revistos, postergados, e a dinâmica da cidade deve encontrar o seu próprio ritmo; é quando o interesse do povo e somente este deve prevalecer com suas prioridades básicas. Curitiba está à beira dos trezentos anos.

Daqui a pouco, daqui a três anos ela completa três séculos.

Não é mais uma cidade a procura do seu destino, mas uma comunidade espelhada na prudência, no trabalho, na honestidade das diversas etnias que a formaram.

Se o Prefeito desta cidade tão bonita e tão valente e assim tem sido Curitiba desde os tempos de outros Prefeitos, desde o tempo de Moreira Garcez, Lothário Meissner, de Ney Braga, de Erasto Gaertner, Ivo Arzua, Omar Sabbag, de Raul Raiz, Curitiba tem sido uma cidade bonita e uma cidade valente, muito antes que o Senhor Jaime Lerner a monopolizasse. Deve o Prefeito de Curitiba e o Senhor Vice-Prefeito entender que os sonhos podem esperar e se eles entenderem isto estarão dando à população que os elegeu uma prova de que nem todos cospem no prato em que comeram.

E eu requeiro à Mesa, Senhor Presidente, ouvida a Casa, que este meu pronunciamento seja encaminhado ao Senhor Procurador Geral da Justiça do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Senhor Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu pretendia fazer uso da palavra no Grande Expediente, contudo não pude me fazer presente no dia da inscrição e o Deputado Artagão Mattos Leão fez a sua inscrição hoje. Fico inscrito para amanhã e se possível farei uso do meu tempo amanhã.

Mas, hoje utilizarei o Pequeno Expediente mais o horário da Liderança do PRN, agradecendo a cessão do horário do PFL, Liderança do PFL, do PDC e do PL. Se não houver necessidade de usar todo esse espaço, evidentemente não o faremos. Mas, gostaríamos de abordar alguns assuntos, Senhor Presidente, para que fique bem colocada a posição deste Deputado e a Bancada do PRN na Assembléia Legislativa do Paraná. Nós apresentamos no dia 5 de outubro de 1989 um Projeto de Lei autorizando o Governo do Estado a vender as residências oficiais do Estado: a residência onde morava o Governador Álvaro Dias, a residên-

cia do Canguiri e a casa de veraneio de Ilha das Cobras no litoral paranaense. Este projeto de lei nós tentamos fazer com que fosse aprovado com regime de urgência, mas foi derrubado o nosso regime de urgência. Depois o projeto ficou retido na Comissão de Justiça com o Deputado Cândido Bastos e está até hoje com o Deputado Cândido Bastos que não é mais o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Então, peço ao Presidente Aníbal Khury, Presidente desta Casa, para que por gentileza mande refazer esse projeto de lei para que ele possa tramitar normalmente porque infelizmente está preso por um Deputado do Governo, do PMDB, que era o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. E naquela época, o próprio PMDB, alguns Deputados do PMDB disseram que nós estávamos usando de demagogia ao apresentar aquele projeto de lei. E agora o que estaria fazendo o Governador Álvaro Dias que apresenta idêntico projeto, depois de haver morado três anos na residência oficial do Governo do Estado. Era demagogia da Oposição, era demagogia do PRN que apresentava esse Projeto, ou é demagogia do Governador Álvaro Dias agora três anos depois de falar em vender esse Projeto, de mandar um projeto para esta Casa, mesmo sabendo que já tramitava um projeto de autoria de Deputados?

E a situação não ficou boa mais uma vez para o Governador. Mais uma vez eu acho que o Governador Álvaro Dias não agiu corretamente nem com a Assembléia e nem com ele próprio porque eu me recordo que a repórter da televisão do canal 12, que fazia a reportagem, enaltecendo até o Governador que mandava esse projeto para a Assembléia, dizia que a casa tinha 14 banheiros, não sei quantos quartos, falava de uma mordomia imensa, e dizia que aquela casa era digna de uma grande marajá. Longe de mim, chamar o Governador Álvaro Dias de marajá porque ele morou três anos naquela casa. Mas, quem chamou foi a própria repórter de uma emissora de televisão nesta Casa ao dizer que aquela casa era digna de um grande marajá.

E mandando esse projeto para a Assembléia, o Governador nos obriga a pensar mais longe. Nós sabemos que o Governo do Estado tem alguns aviões, tem um avião à jato que serve o Governador para as suas viagens ao Estado do Paraná e nas viagens mais rápidas que ele tem que fazer, inclusive a Brasília e outras capitais, e tem alguns aviões de menor porte que servem aos Secretários de Estado. Então, quando estiver tramitando esse projeto, nós vamos também emendar para que os aviões, com exceção do avião do Governador, sejam vendidos para se economizar ainda mais o dinheiro para o Estado do Paraná.

Pretendemos fazer um requerimento para saber quanto gastou o Poder Público na manutenção desta casa durante três anos em que o ilustre Governador Álvaro Dias lá viveu. Quanto o povo do Paraná pagou pela manutenção daquela casa. Por certo os Deputados da Assembléia Legislativa hão de querer saber e hão de querer apoiar o nosso requerimento.

E o que chama a nossa atenção também: o Governador na sua Mensagem diz... e aí é que entra, e eu acho que houve até uma falha da assessoria do Governador Álvaro Dias porque politicamente ficou muito mau para o Governador. Ele não poderia nunca anotar na sua justificativa o que ele anotou, principalmente porque morou nessa mansão durante três anos. Então, ele diz: "o plano de lei ora encaminhado a essa augusta Assembléia Legislativa configura-se ato conveniente e oportuno, visto que na atual conjuntura econômico-financeira pela qual passa o País tudo deve ser feito no sentido da redução de gastos públicos, considerando-se totalmente desnecessária quaisquer despesas com a manutenção de residências oficiais".

Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, somente três anos depois é que o Governador foi perceber que não precisava aquele gasto, de onerar o povo do Paraná com aquelas mordomias todas? Ou será que nos últimos três anos o povo do Paraná e do Brasil viviam em berço esplêndido, com este País vivendo de glórias e mais glórias, com a inflação beirando os 100%? Portanto, o Projeto de Lei do Senhor Álvaro Dias não tem nenhum sentido. Vamos votar o nosso Projeto com as emendas que nós propomos. Tem mais, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Ilustre líder do Governo na Assembléia Legislativa, não sei se por uma entrevista, ou se por "release", encaminhou ao jornal "Gazeta do Povo" uma matéria dizendo "Governo procura maioria com membros de outros partidos". "O PMDB perdeu a maioria na Assembléia Legislativa, o PMDB conta com 19 Senhores Deputados com assento nesta Casa. Ele precisa de 28 Senhores Deputados para fazer a maioria. Não tem mais. Tem contado com o apoio da ilustre Bancada do PFL" - Não sei até quando contará com esse apoio. E que agora o Deputado Artagão Mattos Leão diz, no prestigioso jornal "Gazeta do Povo" na sétima página, edição de hoje, entre outras coisas: "Artagão Mattos Leão, revela que o diálogo que sempre cultivou com outros Parlamentares, permite ao governo contar com uma Bancada integrada por membros do PRN e PFL, entre outros". Como Líder de Bancada nesta Casa, quero dizer que o PRN não vai servir de laranja para o PMDB nem para o Governador do Estado. Os Deputados do PRN votarão as matérias de interesse do

povo do Paraná, como sempre fizeram, mas as matérias políticas do PMDB e do Governador Álvaro Dias, não encontrarão guarida dos Deputados do PRN. Inclusive o nosso Presidente, Deputado José Carlos Martinez, nas andanças que fará pelo Paraná como candidato a Governador, apresentará o seu plano de governo e fará obrigação de um partido de Oposição, mostrando os erros, os desmandos do Governo do PMDB. E digo que a Bancada do PRN, propõe às Bancadas de Oposição nesta Casa, desde agora, aos Senhores Líderes do PDT, do PSDB na pessoa do Deputado Nereu Massignan, do PDC, do PL, do PDS do PT, enfim, de todos os partidos de Oposição nesta Casa, para que façamos, quando a Assembléia Legislativa receber a Mensagem do Governador - já anunciada, dando conta de um aumento de 60,61%, de um reajuste de 60,61% para o funcionalismo, façamos nós, líderes das Bancadas de Oposição, uma emenda, façamos uma única emenda, dando ao funcionário público estadual, aos professores - não favor, nenhuma misericórdia, mas, pelo menos, o mínimo exigido. O reajuste que o Governador está anunciando para zerar a inflação é de 60,61%. Mas, não podemos desconsiderar a realidade da inflação de março que ascendeu a 84,62%, tanto que fontes do Poder Judiciário consideram necessária uma revisão salarial de 196,03% para, efetivamente, zerar as perdas. Este é o índice que devemos considerar como mínimo necessário para o efetivo zerramento da inflação. Se o Governo Estadual desconhecer esta realidade, acabará penalizando o funcionalismo e saltando para a prefixação de abril sem ser efetivamente zerado a inflação acumulada. Por isso ao nos alinharmos com o Judiciário e com os funcionários do Estado do Paraná, com os professores, propomos o índice de 196,03%. Com ele queremos zerar a inflação de uma vez por todas no Estado do Paraná. Depois então, vamos partir para a prefixação. Fica essa nossa proposta aos eminentes líderes das Bancadas de Oposição e aos Deputados de Oposição nesta Assembléia Legislativa, para que possamos dar ao funcionalismo público estadual pelo menos a Lei, nada mais que a Lei. Ou que possamos, pelo menos, cumprir com o Projeto de Lei de autoria do próprio Governador e que foi aprovado por esta Casa e que está aí à disposição que ele pretende mudar agora.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, agradeço a cessão do horário das lideranças e deixo claro mais uma vez a posição da Bancada do PRN nesta Casa. Claro que nenhum Deputado vai votar contra suas convicções ou vai votar contra a sua cabeça, mas, se acontecer de algum Deputado do PRN não acompanhar as decisões do partido, da Bancada será isso uma questão pessoal do

Deputado e nunca uma posição política. A posição política do PRN nesta Casa está bem clara no pronunciamento que acabamos de fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Algaci Túlio com a palavra.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Deputado Erondy Silvério, ao ocupar a tribuna no Pequeno Expediente, questionou este Parlamentar na condição de vice-Prefeito da Capital do Estado, relembrando ainda o famigerado IPTU e todos são testemunhas de que nós, mantendo a nossa coerência, nos mostramos totalmente contrários à aplicação dos índices dos percentuais na cobrança deste Imposto do munícipe curitibano. E nós mesmo pelo fato de sermos vice-Prefeito em hipótese alguma mudamos nossa posição. Em momento algum este Parlamentar deixou de manter a sua coerência no sentido de defender o munícipe curitibano. E nós nos posicionamos aqui mesmo desta tribuna, fizemos coro a outros Parlamentares que reclamaram a cobrança exorbitante do IPTU. Quando estive nesta Casa o Procurador Luiz Chemim Guimarães, este mesmo Parlamentar questionou o Procurador pedindo que desse uma revisão na sua posição anteriormente dada com relação ao IPTU. Fizemos várias indagações ao Prefeito. Pedimos a cabeça do Secretário das Finanças, que agora, segundo informações que me passaram, já não está mais na Secretaria. E digo me passaram porque na verdade estou exercendo a função de Deputado, não exerço na ativa e em sua totalidade a função de vice-Prefeito. Então nem sempre tenho as informações necessárias do que ocorre dentro da Prefeitura. E isto tem, evidentemente, me trazido uma série de aborrecimentos; mas é um assunto para se discutir lá com o Prefeito.

Quanto ao problema do IPTU, mantenho a minha posição: contrário aos percentuais que foram aplicados, questionei o Prefeito por várias vezes, conseguimos jogar mais à frente os prazos para que o pessoal pudesse ter condições de pagar. Lembro-me perfeitamente que em uma reunião, com a presença do Vereador José Gorski, Deputado Erondy Silvério, pegamos o Prefeito em uma visita ao IPPUC e pedimos que derrubasse a BTN fiscal da primeira parcela de pagamento - e isto, graças a Deus também foi conseguido.

Quer dizer, aquilo que estava nas condições do Deputado Algaci Túlio, do vice-Prefeito, foi feito.

Não poderia eu chegar na "goela" do Prefeito apertar e dizer: mude isso aí! termina com isso aí!

O que eu pude fazer eu fiz na minha condição de vice-Prefeito, na minha condição de Deputado eleito pela maioria dos votos do povo de Curitiba.

Agora, evidentemente, espera-se que as coisas retomem o seu caminho normal, e que agora aquilo que o povo pagou o IPTU, o Prefeito possa transformar em verbas.

Venho também à tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para mais uma vez reafirmar um Projeto de minha autoria ao qual dei entrada na última segunda-feira, no último dia 09, para isentar do pagamento de taxas de confecções de cédulas de identidade as pessoas maiores de 65 anos de idade. Já demos entrada na Casa e entendemos seja perfeitamente legal este Projeto porque afinal de conta o próprio Governador do Estado do Paraná, no início da sua gestão, implantou o Projeto "Cidadania", e este Projeto visava dar condições para que milhares de paranaenses pudessem ter o seu documento de identidade. E foram, segundo informações do Instituto de Identificação, mais de um milhão de pessoas que conseguiram ter o seu documento de identidade sem gastar um tostão, porque se forem pagar hoje, repito o que falei na semana passada o aposentado hoje vai pagar 473 cruzeiros, para fazer uma nova identidade, vai gastar 200 cruzeiros para tirar fotografias, ao todo ele vai gastar aproximadamente 800 cruzeiros para fazer uma nova identidade para poder andar livremente sem pagar nada no transporte coletivo deste Brasil inteiro.

Se o próprio Governador no início da sua gestão aplicou o Projeto Cidadania, deu mais de um milhão de carteiras de identidade aos paranaenses sem cobrar um tostão, eu acredito que agora esse meu projeto pode passar tranqüilamente. Se não querem aprovar o projeto, porque é de autoria de um Deputado da oposição, o Sr. Governador do Estado baixa um decreto mais uma vez, e isenta os aposentados, os maiores de 65 anos de idade a pagar esta taxa, que nós achamos um absurdo, foi talvez, uma das poucas coisas boas que o Sr. José Sarney fez, só que criou problemas, em regiões como Curitiba, que tem que ter diferenciação de entrada no transporte coletivo. Aqui tem que se adotar o passe que o Prefeito também já mandou retirar, e que eu estou gerenciando também, Deputado Erondy Silvério, para que os idosos em Curitiba ainda permaneçam com o passe, porque não podemos admitir que meia dúzia de aposentados fiquem pendurados e amontoados na porta de entrada do coletivo e não possam sentar, é uma discriminação, por essa razão, inclusive, já fiz contacto com o Prefeito pedindo a ele que será mantido o passe da URBS, para que o aposentado possa passar pela catraca, possa sentar condig-

namente, possa viajar com muito respeito no transporte coletivo de Curitiba.

Então, por essa razão, peço o apoio dos Parlamentares e dou uma "dica" para o Governador: se não querem aprovar o Projeto do Deputado Algaci Túlio, porque é de oposição, e possam pensar - que ele vai fazer média política em cima dos maiores de sessenta e cinco anos de idade, o próprio Governador manda uma Mensagem para a Assembléia, e isenta desse pagamento, e o assunto está encerrado e o trabalhador, o aposentado, na sua maioria, vai poder viajar no transporte coletivo, sem ter que pagar quase oitocentos cruzeiros para fazer uma nova identidade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nereu Massignan.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governador Álvaro Dias no dia do "Fico" numa entrevista na televisão, num rompante moralizador, disse, que demitiria os auxiliares que cometessem irregularidades, que não aceitaria qualquer tipo de irregularidade no seu Governo.

Pois bem, Governador Álvaro Dias, demita o Presidente do Banco do Estado do Paraná, demita o Secretário da Comunicação Social, porque os dois cometeram irregularidades com gastos de publicidade, atestados pelos jornais, "Jornal da Tarde" e "O Estado de São Paulo".

Vejam senhores, que estou usando os argumentos da própria autoridade que assumiu esse compromisso público, Governador Álvaro Dias, nos dias do "Fico".

Vou ler a reportagem do "Jornal da Tarde", de quinta-feira dia 12/04/90. "O Governador do Paraná Álvaro Dias, ganhou de presente em outubro do ano passado, uma elogiosa reportagem de cinco páginas em cores, na revista "Manchete". A publicação custou na, época, trezentos e noventa mil cruzeiros novos, ou oitenta e cinco mil dólares, equivalentes hoje, a três milhões seiscentos e cinquenta e cinco mil cruzeiros pelo câmbio flutuante, ou cinco milhões novecentos e cinquenta mil cruzeiros no paralelo, e foi pago pelo Banco do Estado do Paraná, o Banestado. O Secretário da Comunicação Social do Governo, Fábio Campana, diz que não encomendou a reportagem e acha "cafona", e não sabe explicar porque o pedido e a primeira fatura da Bloch Editores S/A foi feita em nome da sua Secretaria.

Ora! Se o próprio Secretário da Comunicação Social acha a reportagem "cafona", não se justifica os 390 mil cruzados pagos a esta reportagem. Se o próprio Secretário não sabe explicar um

gasto de publicidade da sua área, da Secretaria da Comunicação Social, das duas, uma: ou este Secretário não secretaria e não cuida dos assuntos relativos à publicidade, ou neste Governo os gastos são feitos à vontade do próprio Governador. E se assim é, já que o Governador diz que demite quem pratica irregularidades, eu não sei como ficaria esta situação, se poderia até se praticar a própria auto-demissão.

Prossigo, na reportagem: e o Presidente do Banco do Estado, Carlos de Almeida Ferreira, que encontrou dificuldades para justificar o pagamento, revelou que decidiu pagar a reportagem depois de um encontro que teve com diretores da Bloch do Rio de Janeiro. A matéria não cita o nome do Banco sequer uma vez. Primeiro: o Secretário da Comunicação não sabe dar explicações e critica a reportagem, dizendo que é "cafona". Segundo, o Presidente do Banco do Estado não sabe explicar como pagou, e diz que resolveu pagar depois de um encontro com a Bloch Editora. Isto parece um encontro de sinecura, um encontro de compadres, um encontro de amigos! Mas, não um encontro de responsabilidade presidir o Banco do Estado do Paraná. E tanto se fala na sua credibilidade, na sua intangibilidade como banco, e como tal deve ser! Mas, não se pode transmitir a intangibilidade do Banco, da instituição financeira, aos homens que o dirigem, porque estes, Senhor...Eu requeiro o Horário da Liderança do PSDB, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está deferido.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Estes se confessam incompetentes para gerir o gasto público!

A reportagem, prossigo, assinada por Bernardo Bitencourt, e revisada segundo o próprio repórter, por funcionários da Comunicação Social de Fábio Campana, primeiro define a reportagem como "cafona" e depois admite que os próprios assessores da sua Secretaria revisaram a reportagem. Ora, o Secretário não acredita nem na sua equipe técnica! Vai acreditar em quem? Talvez por detrás da sua barba está sua convicção da sua plenitude de conhecimento e da possibilidade deste Secretário nunca errar. A sua equipe pode errar. Ele pode criticar a equipe, taxar de "cafona". Mas, ele, titular da Secretaria da Comunicação Social não erra, não explica, não diz, não justifica absolutamente nada desta despesa que o Banco do Estado pagou!

Esta reportagem mostra o Governador Álvaro Dias, o mais popular do Brasil, em grandes fotos coloridas, com estradas recém asfaltadas e viçosos trigais como pano

de fundo, enfatiza o combate diário à corrupção e ao desperdício, esqueceram-se de levar esta mensagem do combate à corrupção e ao desperdício, à administração do Banco do Estado e à Secretaria da Comunicação Social.

Para o tipo de economia, certamente não contribuiu o Banco do Estado, que com extravagâncias iguais a esta transformou-se no detentor de um dos maiores gastos com promoções, relações públicas, propaganda e publicidade de todo o sistema financeiro nacional! Aí está a justificativa da propaganda do Banco do Estado, segundo no "ranking" nacional! Não, não é verdade! É o primeiro no "ranking" nacional em gastos e desperdícios publicitários pagos sem o devido critério técnico. Aqui está o campeonato do Banco do Estado! O campeonato do desperdício do dinheiro mal aplicado, mal gasto, do desprezo à população carente deste Estado.

Prossigo: Neste período, as despesas do Banco do Estado com marketing de acordo com os dados do Banco Central somaram-se 136 milhões, hoje equivalente a 400 milhões de cruzeiros. Em agosto a dezembro, no último semestre de 88 o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, também segundo o Banco Central, gastou 38, 170 milhões e o Banerj 33,130 milhões. Vale lembrar que o custo da mídia tanto em Porto Alegre como Rio de Janeiro é significativamente mais alto que em Curitiba o que torna a diferença de despesa ainda mais expressiva.

Mas, mais números contrastam com a pequena verba, 86 milhões para 1990 que a Secretaria de Comunicação Social afirma dispor para publicidade com austeridade sempre alardeada pelo Governador Álvaro Dias que recentemente assegurou numa entrevista pela TV que o Estado gasta menos em publicidade que os professores em greve.

Diz aqui que o Governador disse na televisão, e é verdade, que o Estado gasta menos em publicidade do que os professores em greve.

O volume de recursos gastos com a publicidade pelo Banestado não surpreende a população do Paraná habituada à presença constante de Álvaro na mídia do Estado.

Ele quase deixou o Governo no começo do mês para se candidatar a senador. Depois desistiu. Isso talvez explique o grande aumento de publicidade paga pelo Banestado durante o mês de fevereiro. A propaganda oficial com promoção pessoal de autoridade de Governo é proibida pelo parágrafo 1º do artigo nº 37 da Constituição Federal. Mas, o pagamento através de estatais como é o caso da reportagem da "Revista Manchete" facilita o acerto contábil.

Essa mesma reportagem foi publicada no jornal "O Estado de São Paulo" com o mesmo texto e as mesmas informações.

E quero esclarecer aos Senhores Deputados que esse pagamento, inicialmente foi emitido fatura da própria Editora contra a Secretaria de Comunicação Social, posteriormente foi colocado um carimbo em cima das faturas com as palavras canceladas. E esta nova fatura foi emitida pela Bloch Editora contra o Banestado. E embaixo, no final do documento dizia: "esta fatura substitui a de número tal". Que era a que deveria ser paga pela Secretaria de Comunicação Social.

Ora, Srs. Deputados, povo do Paraná, aqui está a prova que o Governador Álvaro Dias queria para punir quem praticasse irregularidades.

Sr. Governador Álvaro Dias, Vossa Excelência não precisa invocar a Polícia Federal para mandar atrás os boateiros do Banco do Estado. Vossa Excelência tem o endereço do Presidente do Banco do Estado; Vossa Excelência tem o endereço do Secretário de Comunicação Social. O segundo taxou a reportagem de "cafoná". Portanto, não se justificaria o pagamento de 390 mil cruzados. O primeiro, o Presidente do Banco do Estado disse que pagou depois de uma sinecura, uma reunião entre a empresa Bloch e o próprio Presidente do Banco do Estado. Aliás, o Presidente do Banco do Estado deve algumas explicações ao Paraná. Pelo Governo que ia assumir seria Secretário da Administração. Pelo Governo que ia entregar fora Presidente do Banco do Estado. Pelo Governo que ficou retornou à diretoria e presidência do Banco do Estado.

Ora, Senhores, se passarem perto de um camaleão que tem 40, 50 cores e chamarem-no de Dr. Almeida do Banco do Estado, o camaleão vai ficar envergonhado.

Faz-me lembrar a passagem da Bíblia, quando Cristo dizia que não se deve servir a dois senhores. O Dr. Almeida, pelo contrário, interpreta a Bíblia de outra maneira, se deve servir a todos os senhores. E aí está o porquê que se deve servir a todos os senhores. Serve-se muito bem para promover o chefe e o comandante que lhe dá as ordens e lhe determina o pagamento.

Falando nisso, também merece uma explicação a esta Casa e ao povo do Paraná as verbas de publicidade que fala-se por aí de que na semana do dia do "Fico", houve uma determinação do pagamento de 68 milhões de cruzados em publicidade e que a Diretoria que então se despedia e a nova que iria assumir se negou a pagar esses 68 milhões de cruzados.

Quem sabe agora, com o retorno daquele que serve a todos os senhores esses 68 milhões de cruzados, após uma reunião com alguém, determine o seu pagamento.

Serviria de informação aos pequenos acionistas do Banco do Estado, mas principalmente ao povo do Paraná, que nesta campanha eleitoral, nos comícios, nos programas, nas andanças, nas caminhadas por este Paraná se cobre esse comportamento de publicidade mentirosa que se fez nesses três anos e meio aqui no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Deputado Federal Hélio Duque, que honra esta Assembléia com sua presença, "filhos do mal" que porventura parem neste Plenário.

De repente o jornal "O Estado de São Paulo" e o "Jornal da Tarde" também, da editora "O Estado de São Paulo", na tarde de quinta-feira Santa começaram o exorcismo dos "filhos do mal" que pairam sobre o Paraná.

De repente, pelos fúidos da véspera do dia santo, a verdade começou a ser servida ainda antes da sobremesa. Dizem que era um dia estafante para o novo Secretário da Fazenda do Estado, que se recolhia a um hospital vítima de "stress", pela falta de meios pecuniários para se cobrir a folha de pagamento do Estado, por ser tempo também de penitência nos cofres públicos.

Diz o "Jornal da Tarde": "Álvaro Dias abre o cofre para se promover". Diz o respeitável "Estado" de São Paulo: "Álvaro ganha elogio de 6 milhões de cruzeiros", da Manchete. Diz o Diário da Assembléia de hoje: "Secretaria de Estado da Comunicação Social pede à Assembléia a criação de 184 cargos de jornalista, 78 cargos de relações públicas, e cinco cargos de publicitários".

Diz o jornal o Estado de São Paulo: "Que o Presidente do Banestado Carlos de Almeida Ferreira, revelou que decidiu pagar a reportagem depois de um encontro no Rio de Janeiro com os diretores da Bloch Editores".

Ora o Presidente do Banestado decidindo pagar reportagem, que não propaga o Banco. A Assembléia criando o quadro próprio da Secretaria de Comunicação Social, depois de quatro anos de exaustiva comunicação social a ponto de se intoxicar o Paraná de tanta propaganda. 43 inserções, também diz "O Estado de São Paulo", num só dia, numa só televisão de um mesmo anúncio do Governo do Estado.

Estradas que não existem como a de Três Barras, e Quedas do Iguaçu celebrada como estrada concluída e inaugurada. Estive lá. Não são mais do que 200 metros de asfalto, de pavimentação testada, e assentada sobre o leito da rodovia que devia ligar duas cidades.

O laboratório imuno-biológico do Paraná, inaugurado com pompa e circunstância na placa, na porta do hospital Colônia São Roque, isto mesmo, o velho leprosário do Paraná transformado em obra, obra do Governo, celebrada no vídeo.

O isolamento do Estado ali, não longe da cidade, perto da Praça do Expedicionário, na Rua Ubaldino do Amaral, celebrado como obra do Governo pela pintura nova e pela recomposição do telhado que recebeu. Inaugurado como uma unidade de saúde das mais importantes do Paraná. Quatrocentos milhões de cruzeiros em 1989, em publicidade; quatrocentos milhões de cruzeiros, hoje; cento e trinta e seis milhões de cruzeiros, de acordo com o marketing do Banestado no texto da reportagem do Estadão; mas, no balanço apresentado pelo Banco Central, apenas cento e um milhões de cruzeiros, uma disparidade entre o que disse o Banestado gastar com marketing e o que o Banco Central disse que o Banestado gastou com marketing. O Banco fazendo marketing e Governador falando nos "filhos do mal".

Oral! Mais do que nunca se impõe o tempo do exorcismo ... Senhor Presidente, peço que me seja facultado o horário da Liderança do PDT.

Mais do que nunca se impõe o exorcismo aos ditos filhos do mal, o exorcismo, Senhores Deputados, deve começar por este Projeto de Lei, n. 204, de 1990, que cria o quadro próprio da Secretaria de Comunicação e dá outras providências.

Eu sugiro à egrégia Assembléia, aos homens de bem que permanecem no PMDB, que nós condicionemos a votação dessa matéria, a resposta de um minucioso pedido de informações, elaborado em conjunto pelas lideranças de todos os Partidos de oposição, para que o Paraná saiba realmente quanto se gasta, onde se gasta em propaganda neste Estado; para que o Paraná saiba realmente se fala a verdade o Governador quando diz que as professoras e a sua associação gastam mais que o Palácio em propaganda oficial, para que o Paraná saiba se fala a verdade a repórter Teresa Furtado, do "Estado de São Paulo", se fala a verdade a reportagem do "Jornal da Tarde", também da cidade de São Paulo, ou se fala a verdade o Governador, tão abatido quando falava de "filhos do mal".

Senhor Presidente, Senhores Deputados: acho que há maus espíritos dentro do Palácio Iguaçu, e mais do que nunca a presença de tão maléficas entidades, próximos do Senhor Governador, tomando-lhe o corpo e até o possuindo, exigem da Assembléia que exerça ao capricho a função pública do exorcismo do que está mal posto. O exorcismo do funcionalismo que não se paga; o exorcismo do professor que não se remunera;

o exorcismo do Banco que paga propaganda; o exorcismo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, dos cargos que se tentam criar ao fim do Governo, no apagar das luzes e que não podem merecer a cumplicidade da Assembléia.

Para que não fique a minha intervenção apenas no apaixonado tom do discurso, eu sugiro que a Assembléia, mais do que depressa, faça um minucioso pedido de informação a propósito das duas matérias publicadas no "Estadão", e condicione a resposta a este pedido de informação, à criação do quadro próprio da Secretaria de Comunicação Social do Governo do Estado. Se nós votarmos a criação desse Quadro próprio nós não teremos moral para a cobrança constitucional diante do povo quando vierem as eleições das nossas obrigações de fiscais desse mesmo povo, esse mesmo povo tantas vezes pela televisão exortado, como dominado por "filhos do mal", onde até às vezes nós incluímos.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência concede-me um aparte?

O SR. RAFAEL GRECA - Naturalmente. Antes porém, concedo ao Deputado Ferrari Júnior.

O Sr. Ferrari Júnior - Obrigado Deputado.

Vossa Excelência traz para esta Assembléia Legislativa mais uma vez, é normal isso de Vossa Excelência, traz um assunto que merece uma atenção maior do que se pretendia dar a esse Projeto de Lei. Com a permanência do Governador Álvaro Dias no Governo do Estado do Paraná aumentou muito a responsabilidade desta Assembléia Legislativa, dos Senhores Deputados, na obtenção de informações relativas às coisas do Executivo, porque lá fora o público nos cobra: "Deputado qual é a informação que você pode me dar, por exemplo, a respeito dos gastos de publicidade"? Eu não sei a resposta. "Mas, como você sabe, você não é o fiscal do Executivo, não é para isso que você foi eleito, não é sua missão Constitucional"? - E nós temos encontrado dificuldade para obter informações. Então você coloca com muito sabedoria essa posição. Não vamos ficar contra o Projeto n. 204/90, não é isso, mas vamos votá-lo quando as informações chegarem a esta Casa. Nós temos um pedido de informações do Deputado Nereu Carlos Massignan, e o prazo Constitucional, me parece, já exauriu, já acabou, vence amanhã, e não deve chegar nenhum tipo de informações até amanhã. Então, acho que Vossa Excelência tem razão e nós deveremos acompanhar o seu raciocínio, o seu pedido e a sua posição.

Muito obrigado!

O SR. RAFAEL GRECA - Tem Sua Excelência, o Deputado Manfrinato, o aparte que me havia solicitado.

Senhor Presidente, o Deputado Baggio me cede o Horário Democrata Cristão, e por ser democrata cristão eu me sinto à vontade em utilizá-lo.

O Dr. Dirceu Manfrinato - Eu agradeço a Vossa Excelência pelo aparte. Apenas para refrescar a memória de Vossa Excelência, uma vez de que Vossa Excelência acusa o Governador Álvaro Dias com relação à questão da greve dos professores. Na verdade nós reconhecemos e sabemos sim de que está aí no Paraná a greve dos professores e que não é essa a primeira vez e só no Governo de Álvaro Dias. Mas, o que queria lembrar a Vossa Excelência como coordenador que foi da campanha do atual Prefeito de Curitiba, Dr. Jaime Lerner, nós deparamos por várias e várias vezes e por muito tempo inclusive a greve de funcionários públicos municipais, que é onde Vossa Excelência tem as suas origens políticas também. É muito fácil ilustre Deputado nós tentarmos dizer ao povo do Paraná que a responsabilidade total é do Governador Álvaro Dias. O responsável, talvez por essa atitude de Vossa Excelência é que Vossa Excelência venha a ser um dos "filhos do mal" da vida pública, talvez seja isso ilustre deputado, e talvez seja essa a colocação que o Governador Álvaro Dias fez perante a imprensa, são aqueles que não reconhecem o trabalho de um Governo sério, de um Governo que está transformando o Estado do Paraná, de um Governo que tem sobre si a responsabilidade pelos ombros de defender os interesses do nosso Estado. Vossa Excelência esquece do IPTU de Curitiba que Vossa Excelência fez parte inclusive, Vossa Excelência se esquece o mal que causou essa cobrança abusiva que levou até companheiros ao suicídio, e Vossa Excelência sabe disso, que inclusive o seu colega de Bancada e vice-Prefeito de Curitiba defendeu aqui os interesses da comunidade curitibana. Então, talvez seja isso, e quando não ouço Vossa Excelência falar do príncipe, até me parece que Vossa Excelência não se encontra na tribuna.

Muito obrigado pelo aparte!

O SR. RAFAEL GRECA - Deputado Manfrinato: em primeiro lugar eu não acuso o Senhor Governador pela greve dos professores.

A greve existe.

Em segundo lugar, eu vejo que a Bancada do Governo está realmente sem assunto, porque nós trazemos uma gravíssima acusação dos dois principais jornais da República sobre malversação de verbas do BANESTADO, e, Vossa Excelência vem falar da

greve dos funcionários da Prefeitura, que de resto vai sepultada, porque as perdas salariais do funcionalismo municipal da Capital estão zeradas, o que não se pode dizer das perdas salariais dos funcionários que nos assessora aqui, e de todos os que servem desditosamente o Governo Álvaro Dias.

Eu não aceito essas regras, Excelência, "filho do mal", não sou coisíssima nenhuma. Acho que o Imposto Predial e Territorial Urbano de Curitiba, com raras exceções, é extremamente justo, porque imposto sobre a propriedade, no meu ponto de vista, é para subsidiar os programas de ação social às 112 escolas do Município, aos 37 postos odontológicos, aos 57 postos médicos, porque quem é proprietário, a menos que tenha incapacidade tributativa reconhecida na Constituição Federal, pode e deve pagar para morar na cidade.

Também não tenho a euforia do Deputado Brondy Silvério, que já foi Prefeito, talvez não tenha a sua experiência, pra dizer que a cidade pode abrir mão do lançamento deste imposto.

Nós sabemos que a situação é grave e muito difícil para todas as cidades brasileiras. Agora gostaria de ver no Horário da Liderança do PMDB, quem sabe, o desmentido da Senhora Teresa Furtado, naquela tribuna, escrito pelo Palácio do Governo, para que nós não ficássemos obrigados a acreditar que os "filhos do mal" não moram deste lado, senão da outra banda desta rua, que felizmente separa a Assembléia do Palácio Iguaçu.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PDS com a palavra.

Aliás ouviremos agora com muita atenção, o nobre Deputado Artagão Mattos Leão, ex-líder do Governo nesta Casa.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, ilustres Parlamentares.

O difícil é ser "ex" não é? Quando começa o "ex", aí a coisa fica difícil, não é Presidente?

Ocupo a tribuna nesta oportunidade, para comunicar aos ilustres Pares, à Mesa Executiva, que deixo a Liderança do Governo, nesta Casa.

Assumi a Liderança da Bancada do meu partido, PMDB, em 1988 e procurei com muita dignidade conduzir os destinos da nossa Bancada. Em 89, levado à condição de Líder do Governo, procurei em momentos difíceis, sim fazer com que os interesses do Paraná fossem reconhecidos nesta Casa. Para isto, tanto em 88 como em 89, eu tive a colaboração estreita, sincera dos meus companheiros de Bancada.

Em momento nenhum me senti sozinho. Nos momentos de imensas e terríveis dificuldades, em momentos até, em que alguns mais afoitos diziam que seria impossível conduzir a nossa Bancada, seria impossível atender os interesses do Governo, nós obtivemos sucesso.

Eu, ilustres Parlamentares da minha bancada, quero deixar o meu agradecimento aos colegas Deputados de todas as Bancadas que compõem esta Casa.

Tivemos atritos sim, - por que não? - cada um impondo suas idéias, cada um defendendo a sua maneira de se conduzir e a sua maneira de defender os interesses de seu partido, tivemos sim, mas nem por isso deixei de respeitar os meus colegas Parlamentares.

Portanto, os meus agradecimentos aos meus companheiros de Bancada, aos ilustres Parlamentares que compõem as demais bancadas desta Casa. Deixo de citar uma a uma, porque hoje são muitas, eu poderia até cometer a injustiça e esquecer de citar uma ou outra, mas agradeço a todos indistintamente.

Comunico que, embora deixe a Liderança do Governo nesta Casa, continuo firme no meu Partido, continuo firme defendendo aquilo que sempre defendi nesta Casa de Leis, que é o interesse mais alto do povo do Paraná. Continuo defendendo o Governador Álvaro Dias porque acho que o nosso Governador é um Governador sério, é um Governador honesto e capaz. Entendo até as críticas que surgem em momentos pré-eleitorais, acho isso até normal que companheiros de outras Bancadas usem a tribuna para tecer críticas ao Governo. Isto é normal em ocasiões eleitorais, mas acho até que os próprios companheiros comungam comigo deste pensamento.

Eu concedo um aparte ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Muito obrigado, Deputado Artagão.

Queremos neste momento, quando V.Exa. se despede da Liderança da Bancada do Governo, dizer que temos muito orgulho de ser filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

V.Exa., que junto à Liderança do Governo, no papel de Líder que é um papel de muita responsabilidade, é um papel de gerenciar os atritos que existem não só com os partidos de Oposição mas até; às vezes, as crises internas dentro do nosso próprio partido ou, assim, como dos outros partidos.

V.Exa. sabe, como eu, que o ano de 1989 foi um ano difícil para todos os governantes, desde prefeitos até os governadores de Estado, até mesmo a nível nacional. Nós fomos atingidos por uma inflação

que não tinha como o ex-Presidente da República segurá-la, não sei, talvez, por incompetência do próprio Presidente ou da sua equipe econômica. Com isso, sem dúvida nenhuma, refletiu não só no Governo do Estado, mas refletiu também aqui na Assembléia Legislativa, nas mensagens do Governo, que nós tínhamos que aprovar, de suplementação de recursos que gerou muitas polêmicas dentro da Assembléia Legislativa do Estado. Mas, V.Exa. conduziu-se com muita seriedade na sua função de Líder do Governo.

Nós entendemos que este reconhecimento do trabalho de V.Exa. junto à Assembléia Legislativa do Estado, sendo o elo de ligação do Governo, será reconhecido, inegavelmente, nas suas bases eleitorais; por seus companheiros do interior, por seus eleitores, sim, reconhecerão a parcela de sacrifício que V.Exa. ofereceu de si para defender os interesses do Governo do PMDB.

E queremos neste momento dizer de que V.Exa. ao deixar a Liderança do Governo e passar ao Deputado Caíto Quintana, a quem já liderou também a nossa Bancada, nós sabemos que V.Exa. sai de cabeça erguida, na certeza de ter cumprido com dignidade a sua função e desejar ao Deputado Caíto sucesso nesta jornada que enfrentaremos durante o ano de 1990, quando V.Exa. levanta a questão das críticas ao Governador Álvaro Dias.

Se nós não entendêssemos essas críticas, nós não deveríamos ser políticos. Estas críticas existem sim, porque nós vamos viver um momento eleitoral. É um ano que cada Partido vai buscar o seu espaço. É um ano que cada um dos companheiros procura uma reeleição ou aqueles que buscam da Assembléia Legislativa da Câmara Federal.

Isto é natural na vida política, se esquecem rapidamente o que foi e o que é o Governador Álvaro Dias durante os seus três anos de mandato. Eu pelo menos sou testemunha da minha região que represento orgulhosamente nesta Casa, eu sou testemunha do trabalho desenvolvido pelo Governo do Estado e quero somente agradecer o Governo e a forma que posso agradecer o Governo é como V.Exa. está fazendo. Permanecer junto ao Governo até o último dia do seu mandato.

Às vezes, pelo fato até utilizado pelo nosso Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Anibal Khury, "ex" e este "ex" também surpreendeu muita gente com a permanência do Governador Álvaro Dias, não era "ex" mas sim Governo do Estado.

Muito Obrigado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEO - Eu agradeço o aparte do ilustre Deputado Dirceu Manfrinato e o concedo ao Deputado Nilton Barbosa.

O Sr. Nilton Barbosa - Caro Deputado Artagão Mattos Leão.

Durante o período em que Vossa Excelência liderou a bancada, durante o período em que V.Exa. foi Líder o Governo, nós tivemos a oportunidade de um convívio mais íntimo, mais chegado, durante as matérias de interesse do Governo, durante as discussões que as matéria de interesse do Paraná falavam mais alto.

Pudemos observar neste período a sua competência, a sua lealdade e o seu companheirismo. Por isso, no momento em que V.Exa. anuncia a sua saída da Liderança do Governo, nós queremos cumprimentá-lo. Cumprimentar dizendo que como Líder ou não, não importa, o que importa é o convívio em que V.Exa. oferece a cada um de seus como Líder.

Muito Obrigado e continue sempre assim, fiel e bom companheiro para com os amigos.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Eu agradeço as palavras do ilustre Deputado Nilton Barbosa e transmito a ele que tenho também com muita honra entre os meus amigos, entre os Deputados mais sérios desta Casa.

Com a palavra o ilustre Deputado Rubens Bueno.

O Sr. Rubens Bueno - Deputado Artagão Mattos Leão.

A sua despedida da Liderança do Governo desta Casa é motivo de satisfação, na medida em que o trabalho que V.Exa. desempenhou foi um trabalho gratificante para o Parlamento e também para aqueles que no Governo puderam contar com o seu apoio, a sua dedicação e o seu dinamismo.

Eu trago este reconhecimento público, porque por quase três anos convivemos juntos dentro do Governo como Secretário de Estado e V.Exa. aqui defendendo os interesses de toda uma equipe que procurava desempenhar dentro daqueles critérios estabelecidos junto à bancada, junto às bases, junto aos segmentos organizados do Estado.

Deixo o testemunho de um Deputado que tem na sua região o respeito pelo trabalho que realiza, deixo o testemunho daquele que trabalhando junto sempre encontrou em V.Exa. o apoio, encontrou em V.Exa. dedicação de um Líder de Governo.

Portanto, deixo meus parabéns e o nosso reconhecimento.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Eu agradeço as palavras do ilustre Deputado Rubens Bueno e concedo a palavra ao eminente Deputado Eduardo Baggio.

O Sr. Eduardo Baggio - Deputado Artagão Mattos Leão.

Apenas para cumprimentá-lo agora que V.Exa. despede-se da Liderança do Partido, mas a nossa convivência dentro do PMDB foi das mais benéficas, das melhores possíveis. Quero apenas desejar a V.Exa. a continuidade do seu trabalho, da sua honradez, da maneira com que sempre se portou, evidentemente defendendo com unhas e dentes sempre as posições do Governo. Esta é a função evidentemente de um Líder, de um grande Líder como foi V.Exa. Apenas cumprimentá-lo e desejando-lhe sucesso, estaremos sempre unidos, juntos, defendendo aquilo que for melhor à população do Estado do Paraná. Sucesso, nobre Deputado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Agradeço as palavras do Deputado Eduardo Baggio e cedo-a neste momento ao ilustre Deputado Basílio Zanusso.

O Sr. Basílio Zanusso - Deputado Artagão Mattos Leão.

Quero fazer coro às palavras de elogio e de reconhecimento que fazem nossos colegas das várias bancadas que integram esta Casa, dirigindo-se a V.Exa. quando nos comunica o afastamento do cumprimento do período em que liderou ou que foi aqui Líder do Governo nesta Casa. Nós acompanhamos V.Exa. desde o início dos longos anos que V.Exa. está aqui nesta Casa convivendo conosco, sempre no cumprimento das suas altas e nobres funções e preocupação primeira com o Estado do Paraná e pode, além de Parlamentar, como Líder do Governo, sobressair-se, pode ser ainda melhor conhecido pela forma que conduziu a sua bancada e que também representou o Governo do Estado nesta Casa.

Portanto, V. Exa. também receba deste seu colega Parlamentar estas palavras de reconhecimento pelo quanto fez, não pelo seu Governo que V.Exa. representou com dignidade aqui mas em favor do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Agradeço as palavras do ilustre Deputado Basílio Zanusso, palavras que nos deixam satisfeitos, felizes, por sabermos que além de Parlamentares temos aqui inúmeros amigos, inúmeros companheiros. E eu concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado Valderi Vilela.

O Sr. Valderi Vilela - Nobre Deputado Artagão Mattos Leão.

Queremos cumprimentá-lo pela sua passagem nesta Casa como Líder do Governo. É bem verdade que nós não concordamos muitas vezes com a atuação de V.Exa. na defesa do Governador do Estado, nos atos que ele praticava e que ele pratica. Mas, isto nobre Deputado, nada tem a ver com o bom

relacionamento que V.Exa. proporcionou, procurando muitas vezes resolver os problemas existentes pelas diversas ideologias que se pratica nesta Casa. V.Exa. sempre foi um bom companheiro, um Deputado que sempre esteve na luta do cotidiano com uma presença marcante neste Parlamento, fazendo com que o Parlamento se torne a essência do que ele é, da democracia em que nós hoje vivemos. E a nossa Bancada, a Bancada do PDT, cumprimenta-o de público dizendo que o seu trabalho foi bom e o seu trabalho continuará aqui como Deputado e na certeza também que a nova Liderança do Governo, Deputado Caíto Quintana, que é um ilustre Parlamentar, também vá agir como V.Exa. agiu em benefício de todos os paranaenses. Era esta a nossa participação e a nossa Bancada do PDT continuará sempre na defesa deste Parlamento.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Eu agradeço as palavras do ilustre Deputado Valderi Vilela, que além de ser um Deputado combativo, um Deputado eficiente, é um grande amigo, um grande companheiro. Nós sabemos, ilustre Deputado, separar as coisas. V. Exa. atuando com muita eficácia na sua área e evidentemente que nós, por outro lado, procurando defender a nossa parte.

Ilustre Presidente, eu agradeço a maneira com que V.Exa. possibilitou que nós realizássemos o nosso trabalho. Todos os líderes precisam para realizar um eficiente trabalho, da colaboração sempre que possível da Mesa Executiva e, dentro da Mesa, do seu Presidente, ilustre Deputado Anibal Khury; e V.Exa. não me faltou nos momentos de dificuldades, nos momentos em que precisávamos do diálogo para levarmos a bom termo o interesse do Estado, o interesse deste Parlamento e o interesse do povo do Paraná. Os meus agradecimentos, portanto, ilustre Deputado Anibal Khury. E comunico que a Liderança do Governo será exercida de hoje em diante pelo Deputado Caíto Quintana, que acumulará as duas lideranças, a da Bancada e a do Governo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - A Mesa agradece as referências do Deputado Artagão Mattos Leão, que foi líder da Bancada do PMDB e do Governo nesta Casa, com quem nós mantivemos e mantemos estreita amizade e respeito mútuo, e a sua atuação na Assembléia foi respeitosa e condiz bem com o seu caráter e com a sua personalidade.

Com a palavra o PMDB. (Declina)

Com a palavra o PT. (Declina)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a hora do expediente. Passa-se à

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Para conhecimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Mesa da Assembléia acaba de determinar à Procuradoria Geral, de acordo com o art. 55, parágrafo único, que "importará em crime de responsabilidade o Secretário a recusa ou o não atendimento no prazo de 30 dias, bem como a prestação de informações falsas". Os requerimentos até agora não receberam informações, vencido o prazo constitucional, são: do Deputado Nereu Massignan, data de 15 de março, protocolo n° 1137/90; do Deputado Luciano Pizzatto 005965; do Deputado Pedro Tonelli de 12 de março, protocolo n° 02057; do Deputado Pedro Tonelli, protocolo n° 7663200; do Deputado Luciano Pizzatto de 7 de março, protocolo n° 7663196; do Deputado Luciano Pizzatto de 7 de março de 90. A Procuradoria da Assembléia Legislativa vai promover a responsabilidade dos Senhores Secretários que faltaram com o dispositivo constitucional.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, eu gostaria de saber qual o conteúdo do meu requerimento que está com o prazo esgotado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. quer que proceda à leitura?

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Apenas a súmula, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - "O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Banco do Estado do Paraná, no sentido de informar a esta Casa de Leis os gastos com propaganda". Prazo vencido. A Procuradoria vai promover a responsabilidade criminal das autoridades faltosas.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria de cumprimentar a Mesa da Assembléia Legislativa que toma esta iniciativa, cumprindo a Constituição do Estado do Paraná, já que esta Assembléia não pode preterir das informações devidamente aprovadas em plenário e não respondidas pelos Secretários, pelos diretores das estatais do Governo Álvaro Dias. Essa atitude faz com que ou tenhamos as respostas ou tenhamos o que é mais grave e mostra a desídia para com o Poder, um processo de responsabilidade de autoridades do Estado que têm o dever de respeitar o Poder Legislativo e prestar as informações que lhe permitem fazer análise das ações do governo.

Está aí uma das razões e vem compro-

var, mais uma vez, que o governo se furta a fornecer informações ao Poder Legislativo e à sociedade paranaense, porque ele possui apenas um canal de informação que é o canal da sua publicidade, que o canal do gasto com a publicidade desmemsurado e sem controle conforme confessou agora há pouco na reportagem do "Estado de São Paulo", o Secretário de Comunicação Social. Razão porque esta providência merece os elogios da Casa e tenho certeza que a sociedade paranaense vai ficar satisfeita em receber as informações e nós teremos oportunidade de aqui, debater e cobrar informações desse governo que se fecha e transmite apenas aquilo que é de interesse oficial mas que não é de interesse da sociedade paranaense.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela ordem) - Presidente, se fosse possível gostaria que V.Exa. pudesse dizer quais são as Secretarias que não responderam a esta Casa aos Pedidos de Informação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Banco do Estado do Paraná, requerimento do Deputado Nereu Massignan; Secretaria da Agricultura, requerimento do Deputado Luciano Pizzatto; Procuradoria Geral da Justiça, requerimento do Deputado Pedro Tonelli; Secretaria da Educação do Deputado Pedro Tonelli; do Deputado Luciano Pizzatto do Governador do Estado do Paraná; Deputado Pizzatto - Secretaria da Fazenda.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Existe um requerimento endereçado ao Governador do Estado?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Existe. A Mesa colocou esse dispositivo da Constituição em vigor e advertiu aqui da Presidência, todas as autoridades para este dispositivo da Constituição. E alertou as autoridades que ia promover a responsabilidade criminal daqueles que não cumprissem a Constituição Estadual. E, mais uma vez, apelo às autoridades que respondam às informações dentro do prazo fixado pela Constituição Estadual que é de 30 dias, o suficiente para responderem a todos os pedidos de informações que se fizerem nesta Casa. E vai continuar nesta linha.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Ferrari Júnior, na qualidade de líder do PRN, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados que irão exercer a Vice-Liderança do Partido.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoio.

Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoio.

Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria dos Senhores Deputados Anibal Khury e Acir Mezzadri, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoio. À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoio. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoio. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoio. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoio. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoio. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoio. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Nereu Carlos Massignan, Ferrari Júnior, Valderi Mendes Vilela e Eduardo Baggio, na qualidade de líderes do PSDB, PRN, PDT e PDC, respectivamente, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 204/90.- Aprovado.

O SR. NILTON BARBOSA (Para discutir)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esse requerimento é só votado Deputado. Trata-se de retirada de Projeto da Ordem do Dia de hoje.

Os Srs. Deputados que aprovam queiram conservar-se como estão. Aprovado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Solicito verificação de votação com o resultado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se: 26 Aprovam.

Srs. Deputados que rejeitam: 3 Rejeitam.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Eu solicitei votação nominal com chamada nominal! Sr. Presidente, solicito chamada nomi-

nal e...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aprovado o requerimento. Está retirado o projeto.

O SR. DIRCEU MANFRINATTO - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Solicito chamada nominal e o resultado; votação nominal, com chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência, ...

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Matéria vencida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Não, Sr. Presidente. Eu pedi em tempo hábil e oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não, Vossa Excelência...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Eu solicitei verificação de votação. Se Vossa Excelência me der corretamente o resultado da verificação de votação eu aceito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 26 a 3.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Então eu solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para as matérias posteriores.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Não, para essa matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Essa é morta.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem) - A matéria é vencida, a chamada nominal não se refere a este assunto. O Deputado Artagão tem direito em requerer a chamada nominal. Agora, sobre esta matéria que já está vencida o Deputado poderia ter solicitado votação nominal.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Eu solicitei...(problema no microfone)

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Vossa Excelência pediu chamada nominal, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Veja

Vossa Excelência que nem o microfone não está mais certo. Vossa Excelência...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - 26 por quanto, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A 03. (problemas no microfone)

O SR. PAULO FURIATTI - Até o microfone ficou, Deputado Artagão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Deputado David Cheriegate requer, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia dos Projetos de criação dos Municípios que não contenham certidão do IBGE.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram conservar-se como estão.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Gostaria de uma justificativa melhor com relação a esse requerimento: os municípios que o Deputado está...O Projeto é de autoria dele?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não. Todos os projetos que não tenham a certidão do IBGE.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o requerimento que estamos votando, no nosso entendimento, fere todos aqueles entendimentos que foram até então por esta Casa.

Achamos de uma inoportunidade que agora, somente agora, quando tantos municípios foram criados e muitos dos quais sem essa certidão e somente agora vem a plenário propor a suspensão e a tramitação e aprovação de projetos que porventura não apresentem a certidão do IBGE.

Todos nós sabemos das dificuldades de que se reveste para um Parlamentar conseguir essas certidões. Muitas vezes temos que nos deslocar ou mandar assessor ao Rio de Janeiro para que isso seja conquistado.

E sabemos que existe nesta Casa uma Manifestação favorável à tramitação desses projetos e à criação e realização posterior dos plebiscitos e não seria justo que agora viéssemos a aprovar esse requerimento que, certamente, irá ferir a tramitação de projetos de importantes comunidades que querem também se emancipar. Por esta razão conclamamos aos Srs. Deputados para que votemos contra o requerimento e que deixemos tramitar e ser apreciados os projetos de lei que estão sendo apresentados pelos Srs. Deputados, porque, tenho certeza, o Deputado que tomou a iniciativa de subscrever um projeto, que buscou o apoio para que esse projeto tramitasse, ele tinha confiança do que estava fazendo.

Ninguém está propondo aqui transformar

distrito que não tenha nenhuma condição em município. Todos os projetos no nosso entendimento, e é por isso que temos votado a favor de todos eles, têm a condição e tem o respaldo. Se falta um ou outro documento, com toda a certeza, no tempo ideal, no momento oportuno esse documento irá integrar o projeto e nada irá atrapalhar a criação desse município.

Por essa razão conclamo aos Srs. Deputados para que votem contrário a esse requerimento ou então que o Deputado autor retire de votação.

O SR. DAVID CHERIEGATE (Para encaminhar) -

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós encaminhamos esse requerimento para votação no Plenário desta Casa, para evitar que o Poder Legislativo do Estado do Paraná seja desmoralizado perante a opinião pública paranaense, porque esses projetos, esses plebiscitos que forem votados e aprovados por essa Casa de Leis, poderão ser sustados através de um Mandado de Segurança de qualquer eleitor desses Municípios.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em defesa do bom nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, nós pedimos o apoio dos Srs. Deputados a esse requerimento, para que as matérias aprovadas por esse Parlamento, não sejam desmoralizadas após, através de Mandato de Segurança. Esse é um apelo que eu faço como um dos defensores intransigentes da criação de novos Municípios. Sempre defendi essa tese, agora precisa ser feito com respeito à Lei Complementar n° 27 que rege a criação dos Municípios no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela Ordem está pedindo o nosso ex-Líder, Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) -

Eu gostaria de esclarecer ao Deputado David Cheriegate, autor do requerimento que retira todos os projetos de lei que criam o Município. Os Projetos de n°s 08 e 15, são projetos de minha autoria que já estão homologando os plebiscitos já realizados. Os projetos já passaram por esta Casa, já foram aprovados, o Tribunal Eleitoral já marcou plebiscito que foram realizados no dia 25 de março, e agora estamos dando continuidade ao projeto de lei, porque não o apresentamos AD-REFERENDUM, dos plebiscitos. Então eu gostaria que se Vossa Excelência firmar o seu requerimento, deixasse fora esses dois, que apenas

estão homologando os plebiscitos como já foram realizados.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Só para esclarecimento, Sr. Presidente, a nossa solicitação é referente àqueles projetos que não estão com a documentação completa, esse requerimento não prejudica o andamento dos projetos, que sejam AD-REFERENDUM ou não, nós mesmos já aprovamos projetos de criação de Municípios com AD-REFERENDUM, mas o que nós estamos solicitando é que os projetos analisados, votados e aprovados nesta Casa de Leis, sejam feitos com respeito à Lei Complementar n° 27, que é uma lei aprovada por esse Poder Legislativo, e que rege a realização dos plebiscitos, aqueles projetos que tiverem a sua documentação completa, terão andamento normal, sem nenhum prejuízo. O que nós queremos é que o Poder Legislativo que cria as Leis no Estado do Paraná, respeite as leis que foram criadas pelo mesmo poder.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra para encaminhar ao Sr. Deputado Eduardo Baggio.

O SR. EDUARDO BAGGIO (Para encaminhar) -

Sr. Presidente, com respeito a essa documentação que fala o nobre Deputado David Cheriegate, ela esbarra num item só, que é do IBGE, a Certidão do IBGE que, via de regra, demora de seis meses a dois anos, para eles encaminharem. Então se nós formos essa documentação do IBGE, nobre Deputado, nenhum Município será criado mais no Paraná, porque a demora deste órgão faz com que nós paralisemos todos os nossos projetos de criação desses Municípios.

Eu acho que o nobre Deputado deveria refletir um pouco e retirar de votação esse seu pedido, este requerimento, para que, destes projetos que estão em andamento, creio eu, que estão no aguardo única e exclusivamente, da certidão do IBGE, que é moroso, é complicado, e isto vem, mas demora cerca de seis ou sete meses. Era isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Para encaminhar)

- Sr. Presidente, nós sabemos que este ano haverá o censo de 1.990. Coloca muito bem o Deputado Eduardo Baggio quando fala da morosidade do IBGE. E até não seria tanto a morosidade, mas eu diria a burocracia da qual se utiliza o IBGE para fornecer as certidões.

Na verdade alguns projetos já foram aprovados, nesta Casa. Eu acho que nada vai desmoralizar a Assembléia Legislativa

do Estado, uma vez que já foram votados alguns projetos. O que deve haver aqui, neste momento, é a ética parlamentar. A ética parlamentar é aquela, que nós também votamos para alguns Deputados, aqui, criando alguns municípios. Na verdade, nós sabemos que o Deputado Namir Piacentini, tem um especialista farejador de distrito para transformar em município, e que agora vem com esta postura na Assembléia Legislativa do Estado. Até houve um caso, na minha região, no Município de Cianorte, quando o Deputado Namir Piacentini e seu farejador de distrito, se colocou à disposição da minha população, para transformar o distrito de São Lourenço em município. Eu conheço o que é ética parlamentar. E na verdade, é ética parlamentar é exatamente, agora, haver solidariedade dos outros Deputados. Não é porque estão tramitando uma série de projetos para criação de municípios, e que venha uma medida drástica em cima dos projetos destes colegas Deputados.

Então, eu faria um apelo ao Deputado Namir Piacentini, para que retirasse o seu requerimento, que eu acho inoportuno o momento e se assim não o fizer, eu iria para a segunda opção: deixaríamos para discutir e se vier para votação, que haja o consenso de todos os Deputados para que isto não ocorra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação o requerimento.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela ordem, Sr. Presidente. Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à verificação de votação.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Eu solicito chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à chamada nominal.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Sr. Presidente, já havia votado. Não há necessidade da chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Mas, o Deputado David Cheriegate está solicitando a chamada nominal. E a Mesa é obrigada a proceder. O senhor 1º Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Algaci Túlio) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. DAVID CHERIEGATE (Pela Ordem) - Eu solicito a retirada do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está retirado.

4ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 150/89, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que cria o Município de IMBAÚ, desmembrado do Município de Telêmaco Borba. Com Parecer Favorável da Comissão Geral da Assembléia, por unanimidade. Com Emenda Substitutiva Geral de Plenário. Com Sub-Emenda de 3ª. Discussão. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 199/89, de autoria do Deputado Djalma de Almeida Cesar, que cria o Município de Ventania com território desmembrado do Município de Tibagi. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. (Em anexo Projeto de Resolução nº 45/89). Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 08/90, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que cria o Município de Farol desmembrado do Município de Campo Mourão, com divisas que especifica. Com Parecer Favorável da Comissão Geral da Assembléia, por unanimidade. Com Emenda Substitutiva Geral de Plenário. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 88/90, de autoria do Deputado Namir Piacentini e Nilton Barbosa, que cria o Município de Encantado do Oeste, desmembrado do Município de Assis Chateaubriand, com divisas que especifica. Com Parecer Favorável da Comissão Geral da Assembléia, por unanimidade. Com Emenda Substitutiva Geral de Plenário. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 161/90, de autoria da Deputada Ironi Pugliesi, que cria o Hospital Regional da Mulher de Londrina de acordo com Art. 170 da Constituição Estadual do Paraná. Com Parecer Favorável da Comissão Geral da Assembléia, por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 10/90, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Indianópolis, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de São Manoel, desmembrando-o do Município de Indianópolis. Com Parecer Favorável da Comissão Geral da Assembléia, por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 19/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a realização do ple-

biscito, na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de Carambei. Com Parecer Favorável da Comissão Geral da Assembléia, por unanimidade.

Este projeto foi incluído na Ordem do Dia em 3ª discussão e, na realidade seria em 2ª. Será retirado da Ordem do Dia.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 254/89, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, que cria o Município de Virmond, desmembrado do Município de Laranjeiras do Sul, com as divisas que especifica. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 89/90, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que denomina "Rodovia José de Oliveira Fabrício dos Santos", a estrada que liga o Município de Juranda ao Município de Goioerê. Com Parecer Favorável da Comissão Geral da Assembléia, por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 120/90, de autoria do Deputado Eduardo Baggio, que concede remissão às operações com sal mineralizado, serviços de transporte por fretamento e fornecimento de energia elétrica que especifica. Com Parecer Favorável da Comissão Geral da Assembléia, por unanimidade. Em Regime de Urgência.

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI Nº 120/90

PARECER:

De autoria do Ilustre Deputado Eduardo Baggio, o presente plano de lei visa conceder remissão dos créditos tributários decorrentes de sal mineralizado, prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal de passageiros por fretamento e de fornecimento de energia elétrica.

A matéria visa regularizar a situação de inúmeros contribuintes do Estado do Paraná, que por falta de clareza na legislação, foram induzidos ao erro e deixaram de recolher o imposto nas operações com sal mineralizado, tratando-o como produto isento. Tal situação levou ao Convênio nº 40/88, que autoriza os estados a dar remissão para os créditos tributários dessas operações. Contudo, este não foi suficiente para dar termo a exigência fiscal, haja vista que a Constituição Federal diz que a remissão de crédito tributário só pode ser concedida por lei estadual.

Assim sendo, e o nosso parecer Favorável, opinando-se pela aprovação do Projeto de Lei nº 120/90.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente.

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Relator.

Aprovado artigo, por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 14/90, de autoria do Deputado Sabino Campos, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Assis Chateaubriand, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Bragantina. Com PARECER FAVORÁVEL, da Comissão Geral da Assembléia por unanimidade.

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 14/90

PARECER:

O projeto de Resolução em tela, visa autorizar, na área que especifica a realização de plebiscito, para a criação do Município de Bragantina, desmembrado do Município de Assis Chateaubriand.

O presente projeto, originou-se plano de lei, apreciado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis.

Visto que o projeto de lei, que deu origem a este, foi devidamente examinado quanto aos aspectos legais e constitucionais, no âmbito desta Comissão Geral, nada há que impeça a sua normal tramitação pelos órgãos competentes desta Casa.

Assim sendo, o nosso parecer é FAVORÁVEL, à medida ora proposta.

Sala das Sessões, em 09.04.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

ORLANDO PESSUTI

Relator.

Aprovada, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 22/90, de autoria da Comissão Executiva, que altera a redação da Resolução nº 52, de 21 de novembro de 1989, conforme especifica. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 132/88, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE OPERÁRIA BENEFICENTE 13 DE MAIO, com sede e foro nesta Capital. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. nº 40 de 12.05.88).

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 168/89, de autoria do Deputado Namir Piacentini,

centini, que declara de Utilidade Pública a CRECHE JOSÉ DO PATROCÍNIO DA SILVA, com sede e foro no Município de Luiziana. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. n° 62, de 29.06.89).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 206/89, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, que cria o Município de Nova Laranjeiras, com território desmembrado do Município de Laranjeiras do Sul, com sede na localidade de Nova Laranjeiras. Aprovado. (Publ. no DA. n° 72, de 17.08.89).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 219/89, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EVANGÉLICA CANAÃ. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. n° 77, de 28.08.89).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 250/89, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a CRUZADA SOCIAL COSME E DAMIAO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA, com sede e foro nesta capital. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. n° 84, de 02.10.89).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 14/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o CLUBE DE MÃES DO CONJUNTO GRALHA AZUL, com sede e foro na cidade de Curitiba. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. 02, de 19.02.90).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 22/90, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que autoriza o Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, a elaborar o Plano de Cargos e Salários de seus funcionários estatutários. Aprovado. (Publ. no DA. n° 02, de 19.02.90).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 23/90, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que estabelece critérios para liquidação de débitos do Estado junto ao Instituto de Previdência do Estado- I.P.E. relativos às contribuições previdenciárias patronal. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. n° 02, de 19.02.90).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 27/90, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que isenta os servidores inativos da contribuição ao Instituto de Previdência do Estado- I.P.E. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Aprovado. (Publ. n° DA. n° 02, de 19.02.90).

Sobre os Projetos de Lei de n°s 22/90, 23/90 e 27/90, requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante

do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, dos Projetos de Lei acima mencionados para serem enviados às Comissões. Rejeitado.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI (Pela Ordem) - Requerimento verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação. Senhores que rejeitam o requerimento queiram levantar-se.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI - (Pela Ordem) - O Deputado Caíto Quintana nem se encontra presente Senhor Presidente.

Encontra-se viajando. E não se pode votar requerimento de Deputado ausente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Vinte (20) Senhores Deputados rejeitam.

Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

A Mesa solicita aos Senhores Deputados que tomem seus assentos, por obséquio. Os Senhores Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e dois Deputados REJEITAM.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

1 Deputado APROVA.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Pela Ordem, Senhor Presidente.

Gostaria que Vossa Excelência considerasse a presença de Deputados que estavam na votação anterior e que se retiraram do Plenário, nós temos com isso o "quórum" para retirar da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1° SECRETÁRIO - Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vinte e nove Senhores Deputados responderam à chamada.

Os Senhores Deputados que rejeitam o requerimento queiram levantar-se. REJEITADO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação os Projetos de Lei n°s 22, 23 e 27/90. Aprovados.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 55/90, de autoria do Deputado Antônio Bárbara, que declara de Utilidade Pública o LAR PRESERVAÇÃO DA VIDA, com sede na Ci-

dade de Maringá. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA n° 04, de 01.03.90).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 56/90, de autoria do Deputado Antônio Bárbara, que declara de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, com sede na cidade de Santa Fé. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. n° 04, de 01.03.90).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 82/90, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que dá nova redação ao art. 1° da Lei n° 8.808, de 30 de junho de 1988. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. n° 05, de 05.03.90).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 84/90, de autoria do Deputado Cândido Bastos, que declara de Utilidade Pública a OBRA KOLPING REGIONAL DO PARANÁ, com sede e foro no Município de Guarapuava. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. n° 05, de 05.03.90).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 103/90, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de Utilidade Pública o MINISTÉRIO EVANGÉLICO PRÓ-VIDA- MEPROVI, com sede e foro em Palmeira. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. n° 07, de 07.03.90).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 127/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 59/90), que autoriza o Poder Executivo a anuir na alienação de parte do imóvel de propriedade do Instituto Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor. Aprovado. Publ. no DA. 26, de 26.03.90.)

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 127/90. Aprovado. Fica, portanto, retirado da Ordem do Dia, o Projeto de Lei n° 127/90.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 179/90, de autoria do Deputado Basílio Zannusso, que declara de Utilidade Pública, a Associação das Pessoas Deficientes de Nova Esperança- APEDENE, com sede e foro na Cidade de Nova Esperança. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. n° 28, de 27.03.90).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 204/90, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n° 75/90), que cria o Quadro Próprio da Secretaria de Estado da Comunicação Social e dá outras providências. EM

REGIME DE URGÊNCIA. Retirado da Ordem do Dia. (Publ. no DA. n° 37, de 09.04.90).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 101/89 (Mensagem n. 124/89 ex-Proposição n. 92/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que autoriza o Poder Executivo, através do ITCF, a alienar ao Senhor Teissim Tina, o imóvel constituído dos lotes 73, 85, 101, 102 e 103, da Gleba Ribeirão do Tigre, Secção "A", da Colônia Paranavaí, Município de Marilena, com área de 343,62 hectares. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 101/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, autorizado a alienar ao Senhor TEISSIM TINA, o imóvel constituído dos lotes ns. 73, 85, 101, 102 e 103, da Gleba Ribeirão do Tigre, Secção "A", da Colônia Paranavaí, Município de Marilena, com uma área de 343,62 hectares, objeto da Matrícula 3032, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Nova Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.12.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente
SABINO CAMPOS
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N° 092/89

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem Governamental n. 124/89, a presente Proposição solicita autorização da Assembléia Legislativa para alienar ao Senhor TEISSIM TINA, através do ITCF, o imóvel constituído dos lotes ns. 73, 85, 101, 102 e 103, da Gleba Ribeirão Tigre, Secção "A", da Colônia Paranavaí, Município de Marilena, com uma área de 343,62 hectares, objeto da matrícula 3032, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Nova Londrina, Estado do Paraná.

Conforme reza a Constituição Estadual, em seu artigo 53, inciso XIV, cabe à Assembléia Legislativa dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente: aquisição onerosa e alienação de bens imóveis do Estado.

Nestas condições, vemos que a presente Proposição obedece os preceitos constitucionais vigentes.

Assim sendo, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação, na

forma do Projeto de Resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.12.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

SABINO CAMPOS

Relator

Sobre a mesa, requerimentos de ns. 786, 800, 788, 801, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 823, de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 806, 805, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 785, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos de ns. 812, 813, 814, 815, 816, 817, 819, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 798, de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 761, 763, 764, 765, 796, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 766, de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constantes do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 808, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 807, de autoria da Senhora Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 775, 776, 777, 780, 781, 782, 783, 794, 802, 803, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 771, 772, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 769, 770, de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 773, 774, de auto-

ria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 789, 791, de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 779, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury e José Rogério Carvalho, constante do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 787, de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 793, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constantes do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 804, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constantes do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 810, de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 811, de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 797, de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constantes do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela Ordem Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Apenas gostaríamos de registrar a presença do Prefeito de Mirassolva, Senhor Aristides de Caes. Obrigado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Pela Ordem Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) - Na última sessão Vossa Excelência anunciou que hoje seria votado um requerimento de convocação ao Governador do Estado, Senhor Álvaro Dias e do Vice-Governador, Ary Queiroz, para virem à Assembleia Legislativa explicar a situação financeira do Estado e identificar os filhos do mal.

Eu solicito informações à Mesa se este

requerimento foi colocado em votação e se foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa ainda não colocou em votação porque o requerimento, tratando-se de Requerimento de suma importância, ainda está com o assessor desta para dar o seu parecer. Creio que amanhã ou depois de amanhã, no máximo, nós daremos o Parecer.

O Sr. Dirceu Manfrinato - (Pela Ordem)
Gostaria que Vossa Excelência analisasse com profundidade, a solicitação do Deputado Nereu Carlos Massignan, nós não podemos transformar a Assembléia Legislativa do Estado em questão de uma posição política, aos interesses de grupos e de outros Partidos. Acho que a Assembléia Legislativa tem tido através de Vossa Excelência na Presidência e a composição da Mesa, demonstrando ao povo do Paraná uma seriedade no dever e nos compromissos com a nossa população. Nós não podemos ferir a integridade deste Poder misturando problemas pessoais políticos com relação a esse episódio do Governador Álvaro Dias e do Vice-Governador.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa comunica o Deputado Dirceu Manfrinato que o assunto está sendo estudado devidamente, com as devidas cautelas e dentro do que preceitua a nossa Constituição.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 254/89, 89/90, 120/90

e dos Projetos de Resolução ns. 14/90, 22/90

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 132/88, 168, 206, 219, 250 e 272/89, 14, 22, 23, 27, 55, 56, 82, 84, 103 e 179/90.

e do Projeto de Resolução n. 101/89.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 25, 26, 214, 215 e 216/90

e dos Projetos de Resolução ns. 11, 24, 25 e 26/90

Levanta-se a sessão.

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO RAFAEL GRECA, EM SESSÃO DO DIA 16 DE ABRIL DE 1990.

"À GUIA DE PREFÁCIO"

Arnaud F. Velloso

Já se houve ao longe o ressoar da clarinada prenunciando os festejos comemorativos do 1º Centenário de Emancipação Política do Paraná. O estado caçula da federação concentra, no momento, as atenções gerais. A decretação da maturidade política, que concedeu foros de autonomia à antiga 5.^a comarca, representa a vitória de uma campanha cívica que encontrara eco em todas as camadas da sociedade provincial. Deixando de ser parte integrante de São Paulo, o Paraná enveredou pela senda do progresso, surgindo hoje no cenário nacional como uma soberba afirmação social, política e econômica, ultrapassando, mesmo, todos os prognósticos estatísticos dos sociólogos. O povo paranaense sempre soube honrar a sua ascendência paulistana. O espírito bandeirante está patente em todas as suas ações. A colonização do norte é legítima obra de bandeirismo, reedição fiel da epopéia dos maiores. Abrem-se, no setentrião, clareiras no âmago das florestas. Surgem prósperas cidades. Os cafezais afloram e se adensam. As rodovias formam elos que aproximam núcleos de população dispersos. Tudo ressumbra progresso sobre todos os ângulos e modalidades. É a glorificação do trabalho do homem. Em todos os recantos o mesmo dinamismo que entusiasma e contagia. O Paraná atual é uma garantia de melhores dias para a nação brasileira. É uma colméia que produz ativamente em benefício da prosperidade coletiva. Todos encontram, aqui, ocupação rendosa para trabalho dignificante. Certos núcleos recém criados crescem em ritmo tal que a autoridade municipal se confessa impotente para atender aos reclamos de suas populações sob o ponto de vista da prestação dos serviços públicos. Urge, pois, coordenar e disciplinar os meios de produção, cercando o homem do campo dos cuidados e proteção a que faz jus. Alguém, com fina ironia, comparou o Paraná a um organismo cujo corpo cresce desmesuradamente, ao passo que a cabeça permanece a mesma. Curitiba, por exemplo, é a surpreendente metrópole da atualidade. Seus imponentes conjuntos arquitetônicos, a beleza sugestiva dos seus bairros residenciais, a pujança de suas forças econômicas, tudo isso exprime o próprio Paraná em Marcha, o espírito criador do homem araucariano. De Zacarias de Góes e Vasconcellos, o patrono da nova província, até esta data, muitos deram sua valiosa contribuição em prol da consolidação da grande obra emancipacionista. Seria

ocioso citar nomes e temeridade apresentar confrontos.

Nós, também, esforçamo-nos para render, no transcurso de tão grata efeméride, o tributo de nossa admiração sem limites ao Paraná emancipado. Esse grande desejo está consubstanciado no Álbum que estamos dando a lume, edição especial da revista paranaense "A Divulgação", comemorativa do centenário. Trata-se de um singelo repositório de alguns acontecimentos de feição histórica, social e econômica. Essa obra é, pois, o coroamento do labor profícuo de quantos militam nas oficinas e na secção redatorial desta revista que, há mais de 6 anos consecutivos, vem divulgando o nosso Estado dentro e fora de suas fronteiras. Hoje, com suas oficinas próprias, inclusive moderna clichéria, a revista "A Divulgação" representa a concretização de um sonho que se tornou realidade. Com os recursos da revista e a valiosa cooperação de numerosos assinantes e anunciantes, foi possível a confecção do Álbum, a despeito da descrença de muitos, da indiferença de alguns, e sobretudo, da falta de cooperação por parte dos órgãos do governo.

Associamo-nos, de coração, ao júbilo que domina todos os paranaenses, nesta hora culminante de sua história, numa verdadeira profissão de fé nos destinos gloriosos do Paraná centenário.

Em sessão Solene realizada dia onze de dezembro passado, no Palácio Rio Branco, sede da Edilidade Curitibana, sob a presidência do eminente vereador Dr. Elias Karam e presenciada por ilustres autoridades de nossos meios civis e militares, das quais destacamos o Chefe do Executivo Municipal - eng. Ivo Arzua Pereira, o Presidente do Poder Legislativo Estadual - Dep. Antonio Ferreira Ruppel, os representantes do Senhor Governador do Estado e do Comandante da Quinta Região Militar, da Base Aérea, e de 19 dos 20 membros da Câmara Municipal, o conceituado e dinâmico homem público - Coronel Arnaud Ferreira Velloso foi agraciado com o importante título de "Cidadão Honorário de Curitiba", devido ao seu dignificante trabalho no setor da imprensa em defesa das mais justas causas relacionadas com o progresso e o desenvolvimento da "Cidade Sorriso", há quase dois

decênios. Ao início da importante reunião, o edil Elias Karam proferiu brilhante discurso, narrando as principais passagens como oficial do exército e como cidadão da vida do homenageado, desde os tempos em que deixou seu torrão natal, a Bahia, para se instalar na terra das araucárias. Em seguida, o Prefeito Ivo Arzua Pereira fez a entrega do título honorífico ao seu autêntico merecedor, sob os aplausos das personalidades que lotavam, literalmente, as dependências daquela casa do povo. Agradecendo a homenagem que se lhe prestou, o Coronel Arnaud Ferreira Velloso em sua oração, disse da imensa alegria sentida por tal acontecimento e, num singelo ato de amor e reconhecimento, fez presente da honraria à sua distinta esposa Da. Isa Carnasciali Velloso, por seus inestimáveis préstimos nas horas mais decisivas de sua atividade como editor e jornalista.

Após as solenidades do Palácio Rio Branco, o ilustre homenageado e senhora recepcionaram seu vasto círculo de amizades, com magnífico coquetel no Salão de Festas do Grande Hotel Moderno. Foi, indiscutivelmente, uma festa agradabilíssima, onde se notou as mais gradas presenças de nossos meios sociais, políticos e acadêmicos, que num ambiente repleto de felizes surpresas e máxima cordialidade proporcionaram horas de alegria e encantamento à família Velloso. Entre as inúmeras personalidades presentes, cabe-nos registrar com muito orgulho, o Prof. David Carneiro e Sra., Dr. Napoleão Teixeira e Sra., Dr. Oriente F. de Godoy e Sra., Sr. Roberto Décio de Leão, Sr. Arthur Azevedo, Dr. Nagib Chede, Dr. João Régis Teixeira, Dr. Aloysio Blasi e Senhora, Prof. Vasco Taborda Ribas e Senhora, (proferiu bonito improvisado cumprimentando os anfitriões), poeta Heitor S. de França, (dedicou algumas estrofes aos homenageados), Jornalista Serafim França, Poeta Leonardo Henke, Dr. Célio Pereira de Oliveira e Senhora, Dras. Rosy Pinheiro Lima e Marita França, Senhor Harry Blas Goma e Senhora, (ela Chefe do Cerimonial do Palácio Iguazu), Doutor Ostoj Roguski. Doutor Nelson Carnasciali da Costa e senhora, além de numerosas figuras do nosso mundo social e literário.